



**UNILAB**  
Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-Brasileira

INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)

BACHARELADO EM HUMANIDADES

FERNANDO MOURA MENDES

O PAPEL DO PAIGC NA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO  
NACIONAL GUINEENSE DE 1974 - 1994

Redenção-CE

2016

FERNANDO MOURA MENDES

O PAPEL DO PAIGC NA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL  
GUINEENSE DE 1974 - 1994

Dissertação apresentado como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

**Linha de pesquisa:** Colonialismo; PAIGC  
(partido-estado); Nação; Poder; E  
Governabilidade.

**Orientador:** Prof. Dr. Sebastião André Alves  
Lima Filho

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

M49p Mendes, Fernando Moura.

O papel do PAIGC na consolidação do estado nacional guineense de 1974 – 1994. /  
Fernando Moura Mendes. – Redenção, 2016.

56 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras  
da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho.  
Inclui Referências.

1. Guiné-Bissau. I. Título.

CDD 354.66520085

---

Fernando Moura Mendes

O PAPEL DO PAIGC NA CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO NACIONAL  
GUINEENSE DE 1974 – 1994

Data de defesa: 10/05/ 2016

Membros Componentes da Banca Examinadora:

---

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho

---

Membro Titular: Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado

---

Membro Titular: Prof. Dr. Carlos Subhuana

Local: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Instituto de Humanidades e Letras  
UNILAB – Campos da Liberdade

## RESUMO

Esta monografia analisa a política e a ação governativa do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) no período pós-independência da era “partido único”, equivalente aos anos de 1974 a 1994. Com o reconhecimento da Independência por parte de Portugal, o país passou sob controle total do PAIGC para governar o novo estado. Com base nos estudos bibliográficos, publicações dos jornais e análises dos vídeos das entrevistas, a pesquisa procurou abordar se o processo da consolidação da nação e do estado nacional guineense, no que se esperava de uma Guiné melhor rumo ao desenvolvimento e reforço da unidade nacional dentro da sua diversidade étnica, cultural e intelectual. Durante o trabalho de elaboração da monografia recorremos à análise do período colonial e da revolução (luta para independência), com a finalidade de procurar compreender a origem das causas e subsequentemente as suas consequências pós-independência do nosso objeto de estudo. Identifiquei, dentre outras, alguns dos maiores entraves que o país deparava e continua a deparar depois da sua proclamação. Foi justamente o déficit dos recursos humanos aptos para os desafios de lidar com o “programa maior” denominado pelo Amílcar Cabral. Conclui-se que a consolidação do estado nacional Guineense não atingiu os objetivos preconizados devido a vários acontecimentos herdados do fenômeno colonial e por outro lado, as más interpretações das ideais de Cabral e ambições e desvios de atenção dos dirigentes do novo Estado; há déficit dos recursos humanos capacitados, **consequência direta e indireta da dominação colonial**, a subjugação colonial ou retaliação do partido contra seus irmãos colaboradores do regime português depois da luta anti-imperialista que se conjuga pela **interpretação errada e a luta pelo poder** no interior do PAIGC, a incapacidade de lidar com duas organizações ao mesmo tempo (**O PAIGC e ESTADO**). Portanto, o país entrou numa profunda crise sociopolítica, econômica e cultural sem saída ou solução prévia devido à sua fragmentação e cuja concretização de reverter às tendências deve passar necessariamente por realização da justiça e da democratização dos autores políticos.

**Palavra-chave:** Colonialismo; PAIGC (partido-estado); Nação; Poder; E Governabilidade.

## RÉSUMÉ

Cet article analyse l'action politique et gouvernementale du Parti africain pour l'indépendance de la Guinée et du Cap-Vert (PAIGC) dans la période post-indépendance était "parti unique", correspondant aux années 1974 à 1994. Avec la reconnaissance de l'indépendance par Portugal, le pays a PAIGC sous-total de contrôle de gouverner le nouvel état. Basé sur des études bibliographiques, publications de journaux et l'analyse des vidéos des interviews, la recherche visait à aborder le processus de consolidation de la nation et l'Etat national guinéen, comme prévu à partir d'une Guinée meilleure vers le développement et le renforcement de l'unité nationale au sein leur identité ethnique, culturelle et intellectuelle. Pendant les travaux d'élaboration de la monographie, nous avons utilisé l'analyse de la période coloniale et de la révolution (la lutte pour l'indépendance), afin d'essayer de comprendre les causes profondes et par la suite ses conséquences après l'indépendance de notre objet d'étude. Identifié, entre autres, certains des plus grands obstacles du pays face et continue de faire face après sa proclamation. Ce fut précisément le déficit des ressources humaines disponibles aux défis de traiter avec le «plus grand programme" appelé par Amilcar Cabral. Il est conclu que la consolidation de l'Etat national guinéen n'a pas atteint les objectifs recommandés en raison de divers événements hérités du phénomène colonial et d'autre part, les mauvaises interprétations des idéaux et ambitions Cabral et les changements d'attention des nouveaux dirigeants de l'Etat; il y a un déficit de ressources humaines qualifiées, conséquence directe et indirecte de la domination coloniale, assujettissement colonial ou de représailles partie contre ses employés Brothers régime portugais après la lutte anti-impérialiste qui combine l'interprétation et la lutte de pouvoir au sein du PAIGC l'incapacité de faire face à la fois aux mêmes organismes de temps (PAIGC et condition). Par conséquent, le pays est entré dans une impasse de la crise socio-politique, économique et culturelle profonde ou de la solution précédente en raison de sa fragmentation et dont la mise en œuvre pour inverser les tendances doit nécessairement passer par la réalisation de la justice et de la démocratisation des auteurs politiques.

**Mot-clé:** Colonialisme; PAIGC (Etat partie); nation; puissance; Et la gouvernance.

## DEDICATÓRIA

Quando paramos para pensar no nosso passado, viremos que muitas pessoas fizeram parte da nossa vida. Quando hoje olhamos pra trás às vezes desaparecem alguns e subseqüente à inserção dos outros, mas não quis dizer, que os novatos substituem os que já foram fisicamente. Eles (as) já mais serão substituídas ou esquecidas, por isso aproveito este momento do meu trabalho em jeito de reconhecimento e da justa homenagem aos meus entes queridos (as) familiares falecidos e os que ainda estão de vida acompanhando o meu percurso que Deus vós deem saúde e longa vida; (os pais na minha tradição cultural não é apenas aqueles biológicos, mas muito além: (Pai) Fernando Sinna Mendes, (Mãe) Cecilia Pereira, (Mãe) Delfina Gomes, (Pai) José Sinna Mendes, (irmão) Francisco Mendes, (Mãe) Isabel Nababu Gomes, ao meu querido (Tio) Antônio Gomes recém falecido junho de 2015, sempre rezo e rogo que senhor Deus que lhes reservem um canto no seu reino. Também gostaria de estender esta dedicação do meu trabalho para vocês, mas primeiramente desejo-vós saúde, sucessos, longa vida e que Deus acompanhem vossos progressos: (Pai) Moura Mendes, (Mãe) Cecilia Pereira, (Mãe) Linda da Cunha, (Mãe) Anna Mendy, (Mãe) Veronique Mendes, (Mãe) Josefa Vaz, (Mãe) Maria Mendes.

## AGRADECIMENTOS

Como é de conhecimento de todos, de que agradecer é um ato simbólico de dizer muito obrigado de fundo do coração, de dizer não posso vós retribuir tudo que vocês têm feito por mim, mas também de dizer acima de tudo os vossos esforços não foram em vão. Começo me louvar e agradecer senhor Deus por tudo que ele tem feito na minha vida da minha família, amigos, colegas e demais conhecidos ao longo desta minha caminhada até data presente, os meus obrigados e sinto-me grato. Aos meus pais e família em geral agradeço e em especial o meu orientador: Professor Sebastiao André Alves de Lima Filho, (Tio) Joãozinho Mendes (Djonsa), (Tio) Ambrósio Mendes, (Tio) Antônio Pereira, (Irmão) Albano Mendes, (Irmão) Vital Mendes, Cristerio Mendes, Osvaldo Mendes, Anna Gomez, Dalphene Gomis, Reolino Gomes, Elisou Júlio Fernandes, Madilio Pereira, Justino Da Cunha, Tonito da Silva, Francisco C. Có e aos meus grandíssimos amigos Adriano Gomes, Nicolas Malacque, Roger Mendes, Deves L. Indí, Ailton J. Nogueira, Boaventura Cabi (Moises), Dó, Hermenegildo (Bebe). Os meus cincerros e profundos gratidão e obrigados... Sem vocês seria um arvore sem raiz, por isso, vocês estão encarnados para sempre no fundo do meu coração eternamente. Vossas mãos e vossos conselhos me guiaram em direção ao mundo da sabedoria (em busca do saber), de respeito mutua aos próximos. Estou muito grato por fazer parte desse núcleo familiar e demais pessoas que de forma direta ou indiretamente contribuíram não só na minha vida acadêmica, mas também como individuo inserido na sociedade ou membro da sociedade que nela se nasce, se cresce e que se compartilham os valores da humanidade com os outros. Agradeço de fundo do coração.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	6
1. CAPÍTULO I – TEORIAS DA NAÇÃO E NACIONALISMO .....	7
1.1 ALGUMAS DAS IDEIAS DE AMILCAR CABRAL QUE REFLETIRAM AO LONGO DE PERCURSO DO NOVO ESTADO .....	9
2. CAPÍTULO II - AS MANCHAS DEIXADAS PELO COLONIALISMO AFETOU UNIDADE DA GUINÉ-BISSAU E CABO- VERDE .....	13
3. CAPÍTULO-III A EXPERIÊNCIA DA DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA DO PAIGC E OS MECANISMOS DE DOMÍNIO E DA CONSOLIDAÇÃO ESTADO PÓS- COLONIAL. ....	20
3.1 A CONSTRUÇÃO HEGEMONICA DO ESTADO PÓS-COLONIAL.....	20
3.2 CONCEITOS DE PODER E GOVERNABILIDADE E OS SEUS ENFRAQUICIMENTOS NO REGIME .....	23
3.3 AS SUBJUGAÇÕES E FUZILAMENTO DOS MILITARES E MILÍCIAS GUINEESES E EX-COLABORADORES DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS 27	
3.4 A POLITICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO COMO ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO	30
4. CAPÍTULO IV - A TRANSIÇÃO POLÍTICO MILITAR QUE DEU FIM AO MANDATO DE LUIS CABRAL, PROVOCADA PELO RESCALDO DO COLONIALISMO EM 14 DE NOVEMBRO DE 1980. ....	34
4.1 O DESGASTE DO PODER E A PERDA DE LEGITIMIDADE (CARISMA) .....	34
4.2 A PARTIR DA PERSPECTIVA DO “NEO-INSTITUCIONALISMO”, DO MOVIMENTO REJUSTADOR ANALISAREMOS, NESTA SEÇÃO O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES COERCITIVAS.....	37
4.3 A CRISE ECONOMICA OBRIGOU LIBERALIZAÇÃO ECONIMICA E POLITICA, LEGITIMOU OS LAÇOS DE DEPENDENCIA QUE CARACTERIZAM O NEOCOLONIALISMO. ....	43
4.4 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO FORJADA E A IDEIA DA DEMOCRACIA (MULTIPARTIDARIA) COMPRADA.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	52
6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	53

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UDMU	União Democrática das Mulheres
UNTG	União Nacional dos Trabalhadores da Guiné
EUGA	União dos Estudantes Guineense nas Américas
JAAC	Juventude Africana Amílcar Cabral
PAIGC	Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo-Verde
AMIC	Associação dos Amigos das Crianças
AGIBEF	Associação Guineense para o Bem Estar familiar
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
BM	Manco Mundial
FMI	Fundo Monetário Internacional
CTH	Conferencia Tri-continental de Havana
PIDE	A Polícia Internacional e de Defesa do Estado

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho foi impulsionado pela vontade de concretizar uma análise sobre o processo de formação e consolidação do Estado pós-colonial em Guiné-Bissau, a luz de impacto (choque), que teve na formação de estado-nação que instituiu um regime de partido único ou “partido de estado” durante 20 anos. Proponho-me a repensar o processo pelo qual a consolidação de Estado Nacional teve e ainda está tendo uma imensa turbulência política, e cuja superação passa pela compreensão que me permite problematizar o passado e o presente de Guiné-Bissau.

Assim, objetiva estudar e realçar os efeitos e/ou as consequências do processo de dominação colonial e os seus rastros que repercutiu logo depois da independência, tentar dentro do quadro da governação do Partido único, dividir em duas épocas; “Primeiro Regime da democracia Revolucionaria de 1974-1980” com exclusividade de governar uma nação; e por outro lado, “O período de transição do Regime Golpista anos 1980-1994”.

O PAIGC foi criado pelo Amílcar Cabral e mais cinco companheiros compatriotas em 19 de Setembro de 1956 em Bissau, e com objetivo de impulsionar o processo da libertação e de consciencializar a camada popular em geral em defesa à ideia do nacionalismo moderno. Em 3 de Agosto de 1959, o partido penetrou-se na classe operaria por meio pacífico para exigir do sistema imperial as negociações e a resposta foi duramente reprimida contra os trabalhadores portuária estivadores do porto (PINDJIGUITE de Bissau). O PAIGC em 23 de Janeiro 1963 compreendia a incapacidade negocial por parte do império Português e ordenou à ação direta (de Meios Pacíficos para Luta Armada), com objetivo de responder as exigências que o imperialismo lhes coloca e mais também que tinham implantado ao longo de vários séculos ao continente africano e em especial aos povos da Guiné e Cabo-Verde. Esses bloqueios em todo domínio sociais, económico e cultural com exceção a explorações sociais e dos recursos ambientais que obstaculizam o desenvolvimento dos povos nativos. Deste modo, este trabalho tem como função analisar o papel de PAIGC na sequencia da consolidação do Estado Nacional guineense depois de ter cumprido o “Programa Mínimo” e subsequentemente os rastros trazidos nos finais da sua concretização e outros fatores antecedentes que contribuíram para o trasbordo dos objetivos que norteou o processo de luta da libertação nacional pós-independência.

## **1. CAPÍTULO I – TEORIAS DA NAÇÃO E NACIONALISMO**

Antes de entrar no assunto propriamente dito, é importante agregar as contribuições de alguns autores a respeito do conceito de nação e nacionalismo. Essas teorias podem nós oferecer as bases para fazer a análise crítica de como se pensa a nação e estado-nação, ao longo da história humana da construção de numa sociedade pluriétnica em nação e como caso de Guiné-Bissau.

Na medida em que a política de desenvolvimento é um processo histórico que surgiu com o capitalismo e com a formação dos estados nacionais, a nação enquanto sociedade política e o nacionalismo desempenham um papel estratégico na construção e consolidação dos projetos de desenvolvimento.

Na verdade, o termo nação era utilizado e contextualizado em diversas formas consoante o tempo e o espaço, ao longo da história da humanidade para definir as coletividades humanas no campo das identidades.

(HOBSBAWM, 1990), vai falar a característica básica da nação moderna, diferente na noção dos antigos, e de tudo o que a ela esta ligada a sua modernidade regida (dirigido) por um Governo. Podemos, portanto, sem ir mais além ao assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito da nação é historicamente muito recente. Dada novidade histórica do conceito moderno de “nação”, sugiro que o melhor modo de entender sua natureza é seguir aqueles que, sistematicamente, começaram a operar com esse conceito em seu discurso político e social durante a era das revoluções, especialmente a partir de 1830, com o nome de *Princípio da Nacionalidade*.

Esta forma de discurso sobre a nação foi retomada nos períodos pós-Segunda Guerra-Mundial, com discursos que assentam nos princípios da liberdade, descolonização completa, igualdades de direitos entre membros da nação, proibição de toda relação de dominação e direitos sobre recursos naturais.

Por outro lado, a definição da nação propositaram diversos debates entre intelectuais teóricos da nação, que procuravam preencher as lacunas, ou seja, o meio *vazio* do que era a interpretação de conceito de nação.

(JOHN STUART MILL, Apud, HOBSBAWM, 1990) Assim, como podemos notar, na flexibilidade da reflexão, que não definiu uma nação apenas pela posse do sentimento nacional.

Assim como também crescente insatisfação dos membros de uma nacionalidade a serem guiados e dirigidos pelos dominadores.

A questão do discurso nacionalista apregoado pelos dominadores foi observado por Amílcar Cabral (1994). Segundo Amílcar Cabral (1994), os sentimentos e os valores nacionais devem ser movidos e guiados pelos próprios indivíduos que almejam construir um projeto de nação independente da dominação estrangeira. Nos discursos de Amílcar Cabral observamos que os nossos destinos devem ser guiados pelos nós mesmo, “andando com os nossos pés, guiados com as nossas cabeças, e o progresso que temos direito” (1994, pag. 54).

De acordo com (ELWERT, 2001), nações são grupos dos “nós” que, em contraste com grupos étnicos, se referem a um estado existente ou a um que devera ser formado, implicando assim cidadania.

(HOBSBAWM 1990, p.35), diferencia dois conceitos de nação: o revolucionário e democrático. A equação estado = nação = povo ajustava-se a ambas, mas para os nacionalistas a sua inclusão na criação de entidades políticas derivava da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras, estrangeiras, enquanto que para a visão revolucionária democrática, o conceito central era o de soberania do povo-cidadão = estado, a qual constituía uma “nação” específica.

Podemos também, seguir outras experiências para melhor nos contextualizar esse processo de formação e interpretação do conceito de nação em debates, onde nesse o pilar fundamental entre nação e estado é sustentado pelas ideologias nacionalistas. Pensar, como Ernest Gellner (2004), que o nacionalismo é a ideologia, afirma a necessária coerência entre a nação e o estado, para cada nação devendo haver um estado, mas esse é um conceito muito ligado à experiência histórica da Europa central.

O nacionalismo é a ideologia do estado-nação; é a ideologia que afirma que um povo partilha interesse e história pode, sem prejuízo dos conflitos internos, ter um destino comum; é a ideologia de um povo que busca autonomia em relação aos vizinhos ou aos impérios para poder construir ou consolidar sua nação e seu estado. Os povos que lograram se transformar em nação e formar um estado-nação moderno foram aqueles cujas elites, através do nacionalismo, definiram um aliança com seus respetivo povo suficientemente forte para que juntos lograssem defender e ampliar o território nacional e se industrializar, (Gellner, 2004).

A partir dessas considerações, é possível sugerir que a nação é um projeto da modernidade e a identidade que ela constrói é assegurada pelo estado-nação, ajuda, a pensar o problema da unidade, e de construção de uma identidade nacional, submetendo os grupos

étnicos ao seu poder. Como no caso das nações modernas que surgiram na África após a descolonização, como o caso de Guiné-Bissau.

Após a Segunda Guerra, surgiram elites nas classes nativas nas colônias ultramarinas africanas. As elites nas colônias portuguesas e no caso específico Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em Guiné-Bissau foram esses: Amílcar Cabral, Aristides pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin e outros colaboradores que estavam ligados de forma direta ou indiretamente com o regime colonial e que por autoconsciência e inconformismo optaram por defender a ideologia do nacionalismo através da aliança com seu povo unidade, lutando pelas suas liberdades e autonomia total da nação. Assim como nos mostrou o analista guineense (HANDEM, 1989, p.270).

É desta unidade, baseada numa unidade comum de libertação do jogo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como um sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as suas fronteiras étnicos-sociais, ou seja, uma comunidade pluriétnica. (HANDEM, Apud, SEMEDO, p.11).

A cultura política dos outros, a experiência das mesmas, bem que sabemos que cada povo tem a sua própria cultura, como também a forma de proceder politicamente sobre o seu destino. Mas “a experiência” disse Mill (1980), articulando o consenso de observadores sensíveis, “prova que é possível para uma nacionalidade fundir-se e ser absorvida por outra”. Para os recém e atrasados, isso seria um ganho enorme.

### *1.1 ALGUMAS IDEIAS DE AMILCAR CABRAL DA NAÇÃO E NACIONALISMO QUE INFRAQUENCEU NO NOVO ESTADO*

Para refletir sobre noção de estado importa citar algumas contribuições que ira permitir ter uma visão ampliada e de compreensão na base de teoria geral do estado: os debates sobre estado que teve seu inicio com (ARISTÓTELES, (IV a. c) Apud, LOPES 2010 p.03) em sua obra “**a Política**”, já escrevia sobre o estado, começando pela organização politica de Atenas e Esparta.

Segundo mesmo autor; já Platão IV a.c escreveu a obra denominada “a Republica”. No entanto, enquanto Aristóteles estudou o estado real, tal como na época, procurando descobrir os princípios que o regiam, Platão descreveu o estudo ideal, tal como devia ser, de acordo com sua própria concepção do homem e do mundo.

E por ultimo, seria interessante a sua compreensão, no século XVI (MAQUIAVEL Apud, LOPES 2010 p.03), escreveu “o Príncipe” lançando os fundamentos da politica, como a arte de atingir, exercer e exercer e conservar o poder.

No modo que Cabral conduziu a luta pela independência, conjugado vertente militar com ação política o (Práxis), e a importância que dava ao desenvolvimento – o “Programa Maior”, que complementa o “programa menor”, que era conseguir a independência – fazer supor que a Guiné pudesse ter um percurso modelar.

Amílcar Cabral sempre estava muito atento com as questões muito sensíveis da vida do seu povo. Que em qualquer momento se não fosse analisada sabiamente poderá extravasar os objetivos do destino de processo da luta de libertação nacional, as questões cultural e étnica mereceu atenção de Cabral, não só para o processo da luta libertação.

Na realidade social da nossa terra, há a questão de grupos étnicos, é uma fraqueza grande, porque, mesmo nesta sala, pode haver gente ainda que é capaz de pensar: eu sou papel/ pepel, eu sou Mancanha [...], eu sou mandinga. Isso é uma grande fraqueza da nossa luta e seria muito mau se de facto deixássemos isso avançar, se de facto nós não fôssemos capazes de eliminar tudo isso no caminho da luta (CABRAL, 1978, P.143).

Em certas ocasiões a minha reflexão me leva a ter várias percepções das causas de desmoronamento daquilo que era os objetivos que nortearam um longo percurso histórico da consolidação do estado-nação em Guiné-Bissau. Numa leitura atenta dos fatos, poderia até ser inumeráveis causas, mas a minha visão reflexiva me leva a renumerar algumas com relevância.

No decurso da luta eram notórios vários discursos de Amílcar Cabral, que foram necessárias para que os restantes camaradas possam entender o porquê da luta. Mas não se limitava no contexto da luta, como também abordou os assuntos com o qual deveria ser as finalidades da luta de libertação na Guiné e em Cabo-Verde. Nesta perspectiva de análise na base de algumas reflexões de Cabral, que me permita chegar outra conclusão nas certas circunstanciais que me leva a uma profunda reflexão.

Essa minha nova abordagem em busca de compreender levou-me numa grande inquietação (dúvida), ou seja, problematizar sobre os camaradas em relação às ideologias defendidos por Amílcar Cabral na sua obra “A arma da teoria” no processo da luta de libertação nacional.

A reflexão de Cabral (citado por CARDOSO 1996 Apud, GOMES 2010), onde Cabral faz um reparo “eliminamos o imposto colonial em vastas extensões do país, castigamos com justiça os africanos servidores dos colonialistas”. Que segundo estes autores concordaram em chegar à conclusão de uma interpretação errada dos camaradas sobre assunto dos desertores descendentes da Guiné e de Cabo-verde depois da luta de libertação e suponham restauração de

processos disciplinar levando em conta as gravidades das causas cometidas durante a luta nas comunidades não só por estes elementos, mas sim incluindo os do Partido.

Por outro lado, Cabral definiu um pouco claro a sua visão em relação as categorizações de (povo e população) os critérios para preencher essas duas categorias era necessário que Cabral tomasse em conta pressuposto importantíssima do ponto de vista de conjuntura que obrigava (Serviço Militar) obrigatória e impostas aos nativos. Na ausência desta espírito imponderante e por outro lado, importa citar HERBERT BLUMER p.128, no seu trabalho *Natureza Intencionismo Simbólico* segundo ele “os objetos (quanto a seu significado) devem ser considerados como criações sociais...” Portanto a inflexibilidades facilitaram através de atitudes e do comportamentos conservadoras na imutável dos significados, o estado pós-independência na época não foi capaz de compreender essa logica da mutação dos significados como um processo meramente social e circunstancial. Por onde Cabral **circunstancialmente** definia lhes entre categoria da população e do Povo dentro do país.

Para (CABRAL, 1980, p.110) o povo – são “aquelas gentes que quer correr com os colonialistas Portuguesa da nossa terra”. E não basta ter nascido no país para se considera agente de povo, seria muito mais, aquele que em determinado contexto histórico prestou honra e serviço à nação defendendo a causa comum.

Mas, ao mesmo tempo, este pode se transformar em população, desde que deixou de dedicar ou defender o bem comum em causa (do seu povo), em detrimento dos interesses pessoas ou mesquinhas. Ou seja, desde que o sujeito deixa de preencher requisitos nacionalistas, mesmo que tinha nascido no país seria considerado população e não o povo. Isso pode nos levar a uma conclusão de má interpretação dos camaradas do Partido após independência.

Se não, podemos partir dos status dos dirigentes do partido ou movimento, na medida que próprio Cabral, ele tanto muitos outros incluído seu irmão Luís Cabral que voluntariamente fugiram dos seus serviços do colono eram populações neste caso, mas que no decorrer do tempo transformaram em povo. Na medida os elementos da população possam transformar em povo neste caso concreto que Cabral e outros camaradas que lutaram contra seus patrões e se juntavam ao lado do PAIGC para de o Estado Nação. Por outro lado, da mesma forma os que lutavam ao lado dos imperialistas que não apoiava PAIGC, também poderia deixar de ser população para povo. Enquanto a mutação de significado Cabral foi muito bem explicito de que os conceito ou categorias elas são circunstancialmente fenômenos sociais.

Essa categoria considerada como sendo população da nossa terra, da mesma forma que eles possam também, do mesmo jeito transformar-se em povo ao passo que próprio Cabral acredita na recuperação do homem (o homem novo).

E por ainda nesta mesma obra podemos refletir e problematizar na base da ideologia de Cabral em relação ao processo da consolidação do estado pós-colonial, das contradições existentes vindos dos períodos; colonial, da revolução e da pós-colonial. Que a insuportáveis rescaldos dos dois primeiros períodos tornara o estado pós-colonial um “utopia” daquilo que era pensado pelo Amílcar Cabral e que denominava do “programa maior” para sua concretização. O Cabral como um visionário ao longo do processo do trabalho no decorrer da luta compreendeu que, só a luta criou uma nova rotura através das novas contradições entre “massa e certos chefes tradicionais ou tribais” que colaboravam aos colonos e ele próprio admitiu que a direção do partido falhou em não trabalhar essa matéria tendo em consideração fatores históricas da resistência desses grupos étnicos à ocupação colonial e portanto a direção achava que esses iam se dispor voluntariamente contra os colonos. Mas ainda antes CABRAL como estudioso que sempre foi e sobe compreender as contradições que colonialismo próprio criou.

Será que os camaradas entendiam quando Cabral mostrava que o PAIGC e Povo não estavam lutando contra os Portugueses e nem tão pouco contra os desertores? Os próprios camaradas será que compreenderam a dimensão digo eu, a complexidade do programa Maior? Será que os mesmo tinham conhecimento da nossa realidade?

Na Conferência de Argel, Cabral esclareceu ao afirmar “nós não lutamos contra Portugal, nós não o confundimos nunca com o colonialismo Português”. Essa compreensão reflexiva de Cabral foi uma das características da superação (compreender as subjugações do regime colonial) que as suas camaradas não são capazes de se libertar delas.

O sentido que se justifica o partido é um meio libertador ao serviço do povo e da reconstrução do estado de nação justamente levando em consideração as estruturas de base de toda nação.

No Manual do Partido, Cabral afirmou num dos seus discursos que “o partido é o instrumento de transformação da nossa sociedade, primeiro expulsar da nossa terra o colonialismo, em segundo lugar, para construir o progresso do nosso país. Para nós, nas condições concretas do nosso país, tendo em conta as características sociais e culturais do nosso povo”.

(CABRAL, 1966 CTH); analisando o problema da necessidade de haver uma ideologia para os movimentos de libertação nacional, dizia em 1966, na (Conferência Tri-continental de Havana): “A libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação; elas são – e cada dia mais – o produto duma elaboração local, nacional, mais ou menos influenciadas por fatores externos favoráveis e desfavoráveis, mas essencialmente determinada e

condicionada pela vitória ou a solução correta das contradições internas entre as diversas categorias que caracterizam esta realidade”.

## **2. *CAPÍTULO-II AS MANCHAS DEIXADAS PELO COLONIALISMO AFETOU UNIDADE DA GUINÉ-BISSAU E CABO-VERDE***

Gostaria iniciar este capítulo do trabalho abordando aquilo que para mim seria a essência da linha que possa me ajudar a compreender os diversos contextos. A educação (no contexto da exclusão) por um lado seria essa ferramenta importantíssima na análise do meu objeto de estudo. Assim, de acordo com (PORTELLA KRUPPA, 1994, p.21) definiu o papel da educação “como um dos temas centrais da sociologia, uma vez que por educação entendemos o resultado e a condição das relações entre homens”.

Durante o período da dominação colonial na “Guiné-Portuguesa”, ex-província ultramarina era um dos mais pobres entre as colônias do Império Portuguesa e durante todo período colonial.

Com pouquíssimas escolas por toda a província e que só depois de quatro séculos da dominação e ocupação efetiva na década 1950, que vinha há ter primeiro o liceu provincial denominado “Honório Barreto” e o atual Liceu nacional Kwame N’krumah.

Segundo as descrições estatísticas apresentadas por (Davidson; 1975), mostrou resultados negativos, ou seja, péssimas em termo do nível da escolaridade:

Apenas 1% da população local podia completar a educação elementar; porem só 0,3% tinham chegado à situação de assimilado e podia esperar ir um pouco mais além. Havia apenas uma escola secundaria oficial na qual cerca de 60% dos seus alunos são europeus. Não existia qualquer tipo de educação superior. Até 1960, num total de 544.184 recenseados, apenas 11 guineenses haviam atingido a licenciatura e todos eles como portugueses assimilados vivendo em Portugal, 14 tinham ensino técnico ou profissionalizante, 33 tinha formação média (DAVIDSON, 1975, p.26).

Essas realidades além de carregar atos preconceituosos e desumanos contra os ditos “não Assimilados” de um lado, por outro, permitia que a sociedade tivesse um obstáculo que iria refletir e repercutir ao médio e longo período.

O sistema de ensino adotado na Guiné-portuguesa era basicamente a forma ou por formar de melhorar as suas comunicações com as populações indígenas e mantendo-as alienados. Limitavam-se apenas em atos de ler e escrever e não facilitava o desenvolvimento da consciência crítica que permite aos indivíduos perceberem as contradições sociais, políticas e econômicas da sociedade em que estão submetidas. Segundo (MENDY, 1993); “Eram escolas para ensinar os “indígenas” a escrever e ler, mas não para se tornarem doutores”.

Este longo período de falta das oportunidades para os nativos da Guiné-Portuguesa em relação às outras colônias ou províncias portuguesa, no caso concreto de Cabo-Verde que segundo (CABRAL 1980 P.32) “(...) dadas às condições em que a população se desenvolveu nunca se pôs a questão de indígena e não indígena e então em princípio qualquer filho de Cabo Verde pode ir à escola (escola oficial)”.

Enquanto na Guiné os colonialistas dividiram os nativos em classes dos ditos “assimilados e não assimilados”. Portanto, isso propositara uma deficiência significativa no desenvolvimento intelectual na maioria da população da Guiné e que repercutiu no notável desempenho no seio do partido desde sua fundação até depois da independência da Guiné e Cabo-Verde.

Em relação aos Cabo-Verdianos cito (CARVALHO, 2007, P.214); que tinham mais níveis da escolaridade devido a existência das escolas do ensino médio no início da segunda metade do século XIX, denominado *Seminário-Liceu Eclesiástica* que tinha dupla formação *Religiosa* e *Laica*. Constituindo assim o primeiro Liceu desde 1866 instalado em São Nicolau. A segundo foi em 190, chamada da *Escola Republicana*, nos períodos bem antes de isso ter sido implementado na Guiné-Portuguesa. Acima de tudo, conjugando a miscigenação ou regeneração vista por (MENDES CORRÊA, 1945 Apud, THOMAS 2001), como um “*processo imperativo da assimilação*”.

E ainda, segundo o trabalho de (Vaz Milheiro e Costa Dias 1974), por onde é notável uma análise sobre “*Arquiteturas em Bissau e os Gabinetes da Urbanização colonial*”. A infra estruturação tardia.

Foi em 1959, Eurico Pinto Lopes faz o anteprojeto do Liceu da Cidade “Honório Barreto” para 648 alunos distribuídos por 18 turmas, uma velha aspiração dos sucessivos governadores, “com base no programa estabelecido pela própria província” (Nº 602, 1959). (Vaz Milheiro e Costa Dias Pag.107)

Estes e outros fatores que demais em frente serão mencionadas ao longo deste trabalho, foi o que me fez designar como as “manchas do colonialismo”, e que teve suas consequências imediatas ao logo da independência do país.

Outra mancha sistematizada e usada contra os “indígenas”, foi o sistema da administração. Para melhor contextualizar e posterior compreensão dos leitores recorro a grande antropóloga (Fernandez MORENO 2009), Em seu trabalho intitulado “*Antropologia y colonialismo em África subsaariana*”, a autora abordou o sistema administração indireta, utilizada pela primeira vez na África ocidental colonial (Nigéria), por império Britânico. Que visava à manutenção das suas estruturas políticas entre o dominador e os dominados, que ela chamou de “*indirect Rule*” ou (Administração indireta). Mas no caso da Guiné-Portuguesa essa política além de ser tardia, era de forma diferente, nas maiorias dos casos e que tinha começado com ex-estudantes frutos da política ultramarina onde Amílcar Cabral, Agostino Neto, Mario De Andrade e outros nacionalistas faziam parte.

A segunda fase constrangedora venha a se verificar no percurso da luta armada e a beira da independência, que coincidiu com a chegada do recém-nomeado Governador Antônio de Spínola à Guiné em Maio de 1968. E nas suas mangas tinha programa política de “tentar unir as populações” em torno de um colonialismo renovado, “Africanização das estruturas da Guiné”.

Foram essas políticas que envolviam diversas sensibilidades do país e estruturas tradicionais. E foi exatamente o que chamei de subjugação que ocorreu na época em Guiné-Portuguesa. E que teve seus reflexos após a independência e no trabalho de (FURTADO 2005), podemos encontrar citações em relação aos pontos do que foi áreas de atuação do programa de (SPÍNOLA, 1972; 44-45 Apud FURTADO, 2005 280).

- a). “Valorização e dignificação” das estruturas tradicionais e sua transformação em estruturas administrativas. As figuras centrais desse processo eram os régulos, investidos gradualmente de novos poderes, no quadro de autarquias locais, para serem representantes do Governo junto das suas comunidades e, ao mesmo tempo, impulsionadores do seu desenvolvimento. É neste espírito que foram investidos vários régulos durante os anos setenta, em cerimônias por vezes presididas pelo próprio Governador.
- b). “Reforço e dinamização” do poder político e administrativo. Nesta linha, entre vários outras iniciativas, foram criados níveis superiores da hierarquia

administrativa, tendo sido nomeados os primeiros intendentos em Outubro de 1971. (SPÍNOLA, 1972)

c). "Defesa da Província". As políticas e ações desenvolvidas "por uma guiné melhor" reagruparam-se ao nível das populações, com a criação do Comando-Geral das Milícias e organização do corpo de milícias por grupos étnicos. A população foi organizada em autodefesa e armada. Ao nível do exercito foi criada a "Força Armada Africana" reforçada mais tarde com um Destacamento de Fuzileiros e uma Companhia de Comandos... (Spínola, 1972: 154-155).

De antes era (choque entre assimilados Cabo-Verdianos e indígenas Guineenses), onde o sistema administrativo colonial em alguns dos seus postos em que eram ocupadas pelos concidadãos cabo-verdianos, por onde as mesmas não tinham aceitações perante a comunidade administrada e ainda mais, em certas circunstâncias, o sistema lhes subjugavam contra os nativos ditos "indígenas" e esses comportamentos, porem, não só criou ingerências que era para "viabilizar" no (sentido mascarado da palavra), ainda mais, criou ódio e rancor por parte das vitimas (guineenses). E depois da implementação da política de Spínola surgem novas contradições (rotura na classe de indígenas, ou seja, entre Guineenses).

E sei que de certa forma, alguém pode questionar o porquê é que o PAIGC não o resolveu antes de ir para luta? Creio que, os leitores desde já compreendem a estratégia usada para uma única causa (Libertação), que as duas nações necessitavam. O partido no seu primórdio como qualquer organização social com caráter político e levando em consideração o sistema opressor imperialista e o seu braço direito forte (PIDE) segurança do estado, não ia ser tão fácil a não ser impossível de imediato na altura até que próprio regime poderia tomar essa ideia para ainda mais criar a ruptura, que já tinha existido. Por isso, o ideal basicamente se preocupava em legitimar como órgão representativo. Segundo o analista guineense (HANDEM, 1989 P.270 Apud, SEMEDO 2011 P.106), vai dizer, é dessa unidade imediata, baseada numa vontade comum libertação do jogo colonial, que vai nascer à luta e a partir da luta que vai emergir autoconsciência nacional da pertença a uma comunidade multiétnicas, ou seja, uma comunidade heterogênea.

Neste caso, segundo (LOPES 1982), o PAIGC procurou a necessidade das ações que lhes possam legitimar perante a sociedade guineense e cabo-verdiana; e de seguida, trabalhar no sentido de abolir as barreiras sociais existentes na naquela altura de forma "sistemática" que possa ajudar o próprio senso comum a compreender de que, uma liberdade condicionada pela

unidade de todos e que tinha como objetivo de cortar mal pela raiz através do enfrentamento ao sistema imperial com uma única e justa causa à emancipação em todas as suas características.

Estes eram as principais preocupações do partido no seu primórdio. Assim, como acentua (LOPES 1982),

A conscientização não era uma tarefa fácil. Era necessário, demonstrar os desequilíbrios, sobretudo ao nível social, provocados pelo colonialismo. Era necessário explorar as contradições sociais tais como os trabalhos forçados, a obrigação do pagamento de impostos, o tratamento racista, a utilização sexual das mulheres. E ao mesmo tempo era necessário pôr perguntas diretas que provocassem a reflexão: quem constrói as estradas? A quem beneficia? (LOPES, 1982, p.24-25).

O desequilíbrio da participação nos governos foi mencionado em vários trabalhos científicos algum das quais foi (SEMEDO 2011, p108), como fator ou causa da desestabilidade e da rotura entre Guiné e Cabo-Verde. O desequilíbrio não foi o único suporte da rotura, porém, isso vem de um longo processo das “manchas” vividas e deixadas durante todo aquele tempo colonial. E, portanto devia merecer umas devidas atenções na sua abordagem a fim de não cair na redução dos fatos.

E seria muito importante ter em consideração dois (2) grandes aspectos atrás citadas e, a saber: A primeira, a falta das oportunidades, ou seja, a falta dos privilégios de *acesso à educação e inserção social*; A segunda a ultima, que foi a separação do *programa maior* e do *programa menor* arquitetado por Cabral;

Primeiro, foi à falta de oportunidade anteriormente acima mencionada, da educação para população nativa da Guiné-Portuguesa, durante aquele longo período, ou seja, dos séculos da dominação e subsequentemente da exploração da mão-de-obra e dos produtos agrícolas. Essas eram os principais objetivos da dominação portuguesa na Guiné-Portuguesa e como nas outras colônias.

Assim, como referiu (Sergio B. HOLANDA 1987), na sua obra “raízes do Brasil”. Na sua comparação entre as colônias de sul da América ou latinas americanas e de concreto entre o Brasil ex-colônia de Portugal e a Argentina ex-colônia Espanhola. No entanto, chegou a mesma conclusão de que a colonização portuguesa era simplesmente de exploração de mão-de-obra e dos recursos naturais e não perspectivando até um certo ponto em que que ele chamou

de **políticas de enquadramento** das suas colônias. Por outro lado, importa referir que essas políticas vinha a se implementar nas ex-colônias quando era tardia e extemporânea.

No decorrer do tempo alguns dos postos administrativos na Guiné-Portuguesa vinha a ser ocupados pelos compatriotas cabo-verdianos, que por natureza das suas funções eles tinham que comportar daquele jeito e aquilo criou constrangimento, onde até certo ponto são entendidos por nativos guineenses como inimigos. Segundo(Semedo 2011)

O estado colonial foi caracterizado por uma atitude discriminatória em relação ao povo da Guiné-Portuguesa. Mesmo cidadãos não desfrutavam de liberdades civis plenas, a participação política era restrita e a arena política dominada por organizações controladas pelo estado.

Portanto, podemos chegar à conclusão de que a colonização além dos atos discriminação e racista também criaram e deixam uma brecha autêntico um vazio no homem guineense em relação às outras colônias.

Segundo, foi o que Cabral chamou atenção várias vezes, de que a luta seria para libertar a nossa terra e não para depois pedir ao povo a retribuição da contribuição no processo da luta. Este foi um dos maiores erros, ou senão, de incompreensão da essência do processo que norteou a luta da libertação nacional.

Aqueles que têm na sua cabeça que estão a lutar, a sacrificar - se nesta luta, para amanhã abusarem como os chefes de posto, esses saem, Porque há alguns camaradas que estão a sacrificar-se muito, mas com a ideia de que amanhã vão gozar, com bom automóvel, criados, várias mulheres, etc. (CABRAL p.107).

A preocupação de Cabral também seria para que os combatentes não tivesse o processo da luta e da experiência do destacamento na luta como meio e o campo de refugiou (no sentido da violência) para depois vieram a perturbar o progresso e desenvolvimento do país como tem sido vivido ao longo da vida do país depois a independência. Ele ainda afirmou de que “a luta é um ato cultural” onde há força existe fraqueza, a luta armada por si, também deixou experiências negativas para sociedade guineense.

E por ultimo não chamaria do desequilíbrio ou equilíbrio como a causa da rotura no governo entre os guineenses e cabo-verdianos do projeto binacional que nasceu durante o processo da luta de libertação, mas sim a consequência. Mais antes, seria importante

compreender os dois primeiros, ou seja, a falta das oportunidades para os cidadãos da Guiné-Portuguesa e a importância que se dava a separação do programa mínimo e o programa maior e em sequência para depois compreendermos o “desequilíbrio”, que no meu entender foram às consequências dos dois fatores anteriormente referenciadas.

A não interligação de dois programas que sempre merecem atenção nos discursos de Cabral, ou seja, nas suas profecias, podemos assim dizer, era para evitar que as pessoas que participaram na luta não pensassem que fosse uma propriedade conquistada por um grupo deles ou governar como forma de retribuição, como sendo direito pertencente devido as suas participações na luta ou através do seu desempenho durante o processo da emancipação. Porém, Cabral defendia a criação do homem e estado novo através de reestruturação e a transformação da mente colonizada.

Seria impensável num desequilíbrio representativo nos governos entre Guiné e Cabo-verde na altura, com alto nível acadêmico e um lado e por outro lado, nível acadêmico baixo. O mais importante salientar foi o aval que deu a possibilidade na formação do primeiro governo pelo menos na Guiné que admitiu de que é possível mesmo com as diferenças, seria possível desequilíbrio no governo, foi pelo menos o que possamos entender no que a direção do Partido faz depois de proclamada independência unilateral. Onde os critérios pela formação dos membros do governo foram digitados pelos seus destacamentos durante o processo da luta.

Portanto, a minha conclusão sobre este capítulo recai exatamente sobre as origens dos problemas e não das consequências, podemos assim citar as reflexões de (Nascimento, 2004 Apud, MADJITABA DJALÓ, 2010, P.25)

Qualquer análise mais detalhada dos conflitos africanos levará em conta a influencia decisiva e quase sempre nociva do passado colonial, que deixou graves sequelas: uma delas é, sem sombra duvida, a artificialidade do desenho das fronteiras entre os países... (NASCIMENTO, 2004 P.17).

### **3. *CAPÍTULO-III A EXPERIÊNCIA DA DEMOCRACIA REVOLUCIONÁRIA DO PAIGC E OS MECANISMOS DE DOMÍNIO E DA CONSOLIDAÇÃO ESTADO PÓS-COLONIAL***

#### **3.1 *A CONSTRUÇÃO HEGEMONICA DO ESTADO PÓS-COLONIAL***

O partido logo após a Independência oficialmente reconhecida por Portugal revela a sua capacidade de controlar a vida social, econômica, cultural e política a nível nacional. Assim como está consagrada na primeira constituição da Republica de 24/73, no seu artº nº 04 que dava ao PAIGC por exclusividade o direito como o detentor do destino da nação guineense sobre seus punhos, ou seja, partido-estado.

O partido ao longo dos seus primeiros anos da governação redobrou esforços na medida de tomar todas as precauções e de consolidar não só o seu poder como também a forma de impregnar as suas ideologias sobre o povo guineense. Ele jogou papel estratégico para controlar três contextos basicamente diferentes sob seu controle ou domínio: primeira, alargamento das suas estruturas nas zonas rurais a nível nacional; segundo, a criação das instituições do caráter social para sector autônoma (Bissau); e a terceira e última, a reforma do sistema educacional do país.

Estes componentes básicas de uma política combinatória de classe dominante que (GRAMSCI Apud SEMERARO p.03), “havia percebido que as forças das classes dominantes não se apoiava só no controle da economia, mas principalmente em complexas iniciativas políticas e culturais das organizações”.

É necessária esclarecer como estes três componentes foram devidamente usada com caráter de dominação em termo das estruturas bem distintas, mas que jogavam mesma função. São utilizadas estrategicamente pensando no passado recente da época, consoante espaço e das suas demarcações históricas. Tanto que, para (TEIXEIRA; 2005)

“o apoio dado pelos camponeses ao PAIGC por ocasião da luta pela independência contra Portugal. Este explica, em parte, o fato de que a população urbana de Bissau, de alguma maneira ficar na dependência da administração colonial, o que dificulta ali a penetração do PAIGC. Outro elemento para entender a estratégia do PAIGC são as instituições sociais que

durante o regime de partido único serviam de mecanismo de controle, dentre elas a (UDEMU); (JAAC) E (UNTG)”.

As estruturas do partido foram alargadas através das representações locais nas zonas rurais por pessoas fies e leal ao partido. Conhecidos no país como “COMITÊS” e que jogavam duplas funções estratégicas em representação do estado assim como do partido. Segundo (Afonso SANTY 2009), “comitês de aldeias e de tabancas, basicamente lhes serviam de instrumento político, visando à luta e a institucionalização da democracia revolucionária”. Por outro lado, podemos assim dizer essa nova postura partidária e ao mesmo tempo do estado passou a substituir o papel do poder tradicional nas aldeias, tradicionalmente responsáveis das comunidades e das tabancas.

O PAIGC deu a continuidade ao seu programa educacional que já tinha iniciado desde momento da luta para independência nas zonas libertadas. Tendo isso como forma de aniquilar as bases ideológicas e subjetivas do imperialismo. Que ao longo de tempo imperava como justificativa de um processo utópico da civilização e que no fundo servia de manutenção mascarada da submissão dos ditos ”povos sem cultura” ao poder dominador. No sentido de contrariar estes fundamentos e bases teóricas do mundo ocidental imperialista, que propositara justamente “a formação de homem novo”. O que significava a descolonização mental do homem africano.

O PAIGC Entendia a necessidade de serem eliminadas as barreiras que o povo era postas, e além de constituir pior forma que possa existir de uma dominação e como também devida seu procedimento incompreensivelmente. Um projeto de libertar o corpo da sua mente de um imaginário de dominação. A estrutura pós-independência no seu primórdio levou a sério o processo de reforma do sistema educacional, suspendendo todos os métodos e conteúdos repassados anteriormente pelo sistema colonial e reiniciando uma nova forma de cultivar conhecimento para todos e de livre pensar, refletir sobre a vida sociocultural econômico e política do país. Salientou (CÁ 2008)

A reforma do sistema do ensino coloca em prática dois objetivos fundamentais: 1)- concretizar o direito de cada cidadão à educação e ao saber, dando a todos as mesmas oportunidades. E 2)- criar um sistema educativo que, favorecendo particularmente o desenvolvimento dos valores culturais nacionais, seja capaz de transmitir igualmente os valores universais necessárias ao desenvolvimento individual e coletivo. (Cá, 2008, pag. 34).

Seria importante ressaltar que a reforma levado ao cabo pelo Partido pós- independência foi um dos grandes objetivos pré-definidos pelo seu líder Amílcar Cabral, que teve uma antevisão de que a luta não só consiste nos campos da batalha, mas sim ela é contínua e precisa de uma base ideológica forte e consistente, ou seja, ela é permanentemente desafiadora.

Como notou (HOBBS Apud WEFFORT 2008, pg. 27) “a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas num lapso de tempo durante o qual o desejo de rivalizar através de batalha é suficientemente conhecido”. Assim como próprio disse (CABRAL 1977)

Para continuar a desenvolver vitoriosamente a nossa luta devemos: Criar escolas e desenvolver a instrução em todas as regiões libertadas. Selecionar jovens (rapazes e raparigas) entre 14 e 20 anos, com pelo menos frequência da 4ª classe [série], para serem aproveitados na preparação dos quadros. Combater sem violência as praticas prejudiciais, os aspetos negativos das crenças e tradições do nosso povo. Obrigar os responsáveis do partido e todos os militantes dedicados, a melhorarem cada vez mais a sua formação cultural (CABRAL, 1977, p.157 apud, NAMONE, 2014, p.58).

Entretanto, este projeto educacional não atingiu o seus objetivos como próprio era pensado, devido a vários fatores estranguladores, um dos principais com ênfase a politica de timidez da natureza do próprio regime do partido único, que não dava espaço para cultivação do livre pensar e de uma reflexão não só “emancipatória”, mas, sobretudo aquilo que Paulo FREIRE 1985, se referiu que “a questão fundamental substantiva não é se há ou não há conteúdos porque isso é óbvio, a questão é saber quais conteúdos são a favor de quem e de quê”, na camada popular isso é extremamente importante compreender.

Isso levou com que o projeto educacional pós-colonial não passasse de uma utopia naquilo que era pensado em transformar o homem guineense (o Homem novo), mas que no fundo vinha a desempenhar um papel neocolonialista. Senão toda “desconstrução”, para (GRAMSCI, Apud SEMERARO 1985 p.08) deve ser acompanhada por dualismo ao mesmo tempo ou pelo seu contrario de uma profunda atividade de desconstrução social e ao mesmo tempo de reconstrução social, que amplia os espaços da participação coletiva, da liberdade, da justiça, da política e econômicas, uma conquista a favor das classes populares.

Portanto, à histórica luta da libertação nacional foi imbuída numa figura mítica do PAIGC partido libertador, como única força política talvez “sobrenatural” capaz de decidir o destino da nação guineense. É esse pensamento com três características acima referidas, devido a incompatibilidades da ultima, dos dois conceitos *Educação Emancipatória* (Educar em Liberdade) que também foi incompatível ao regime instaurado no país, com ausência do homem

novo e da sociedade civil ativa, consciente ou inconscientemente ajudou construir e consolidar uma sociedade devocionário que (MAX WEBER Apud, Martin CLARET 2006), vai chamar de “*poder carismática*”, neste sentido podemos enquadrar o ideal de uma das características que segundo Weber compõe o poder carismático, os sentimentos da população em geral de heroico papel desempenhada pelo PAIGC associando-a senão naturalizando lhes certas legitimidades. E no mesmo sentido, de acordo com (MOSCA 1992, Apud, SEMEDO 2011), em qualquer sociedade, seja de caráter político, econômico, social ou religioso, o controle do seu funcionamento fica nas mãos de uma minoria organizada que domina a tomada de decisão. Ele vai ainda longe afirmando de que, o que leva a minoria dominar a maioria tem haver com seus atributos e no caso da Guiné-Bissau esses valores ou atributos vindos do processo da luta de libertação.

### 3.2 *CONCEITOS DE PODER E GOVERNABILIDADE E OS SEUS ENFRAQUICIMENTOS NO REGIME*

O poder é preciso, antes de qualquer coisa, conhecer a etimologia da palavra poder, que vem do latim vulgar “*potere*”, que significa “ser capaz”; “autoridade”. Dessa forma, na prática, a etimologia da palavra torna sempre uma palavra ou ação que exprime força, persuasão, controle regulação etc.

De acordo com o dicionário de filosofia, a palavra poder, na esfera social, seja pelo indivíduo ou instituição, se define como “a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influencia. “o poder é a capacidade de se mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter resultado” (Blackburn,1997:301).

A governabilidade no primeiro momento procura-se investigar a etimologia da palavra governamentabilidade, diferente da palavra poder, o que foi bastante difícil. No dicionário Houaiss da língua português não há sinônimo para palavra, tem-se a palavra governamentabilidade com tais significados:

- “Qualidade do que é governável”;
- “situação em que as instituições funcionam bem, existe tranquilidade política e suficiente estabilidade financeira para que o governo possa governar”.

Dando sequência à pesquisa da palavra, buscou-se a definição de governabilidade no dicionário de política, de Bobbio (2000), que na verdade levando a discussão acerca do que

vem a ser não governabilidade. De acordo com o dicionário, são implicações pessimistas. Adiante, Bobbio (2000) perpassa pelas duas faces do conceito de não governabilidade que vem a ser:

- a incapacidade dos governantes;
- as exigências excessivas dos cidadãos.

Bobbio (2000) enfatiza que tanto governabilidade quanto não governabilidade não são “fenômenos completos”, mas são instituições complexas de um sistema político. O dicionário perfaz três hipóteses de não governabilidade:

- A não governabilidade como crise fiscal do estado;
- A não governabilidade como problema de natureza político;
- A não governabilidade como crise da racionalidade;

No caso do PAIGC, no seu primórdio como movimento da libertação tinha uma estrutura eficaz, dinamizadora e capaz de atravessar as barreiras que posteriormente possam dificultar seus percursos quer durante a execução do “programa mínimo” e como também na execução do “programa maior”. As provas evidentes seriam de maneira que a direção superior do partido ou movimento foi capaz no decorrer da luta de forma sábia como conseguiu administrar e organizar a vida socioeconômica nas zonas libertadas em colaboração com os populares, com finalidade de corresponder com as exigências imediatas, não só dos combatentes e assim como também dos populares da área nas demandas de saúde, educação, produção e etc...

Aqui cabe uma referência a (FANON Apud LOPES 2012), esse martiniquense contemporâneo de Cabral, que descreveu “a violência revolucionária como força, poder e coerção exercida de forma organizada, mas que poderia extravasar para algo diferente”. Isso me leva numa conclusão, de que por mais que a causa foi ou é justa, mas se os homens não foram justos pela causa, o conceito da revolução perdera de imediatamente o seu sentido e o sentimento original, senão os objetivos preconizados de profundas transformações sociais irão para terra.

O PAIGC como o movimento libertador da Guiné e Cabo Verde, sempre lutavam pelos valores e direitos fundamentais dos seus concidadãos e da emancipação da Nação, ao longo da implementação do programa mínimo do partido e salvaguardando a coesão interna no seio do partido da sua diversidade étnico, intelectual e da cooperação com o mundo exterior,

principalmente com os países considerados como seus irmãos ou aliados que lutavam e apoiaram processo da libertação dos países sob domínio do imperialismo ocidental, que desde o início das lutas esteve ao lado dos povos africanos, especificamente da Guiné e Cabo Verde.

Retomando a concepção de Cabral, sobre o futuro do partido e dos combatentes da liberdade da pátria pós-independência, depois de ter cumprido assim cabalmente o chamado “programa mínimo” e posteriormente entregar o país as pessoas com capacidade lidar com máquina burocrático de estado e que justamente irão complementar o “programa maior”.

Os dirigentes do PAIGC depois de ter tomado o poder governativo do país, ignorando os princípios da ideia de programa maior, os seus procedimentos e má interpretação das ideologias de Cabral, arrastaram o país pela a incapacidade administrativa “corrupção generalizada”, *a não governabilidade como crise fiscal do estado* (a incapacidade administrativa); ajustes de conta contra ex-colaboradores e soldados ao serviço dos colonos, *a não governabilidade como crise da racionalidade* ou (subjugação); e restaurando um regime de partido único, *a não governabilidade como problema de natureza político* ou (ambição do poder). Foram estes três componentes de não governabilidade que vigoravam durante regime totalitário do partido único há 20 anos e da ditadura militar. As duas primeiras características serão desvendadas no outro subcapítulo a seguir e a terceira a última característica vai ser o desfecho deste mesmo subcapítulo com análise profundo sobre a constituição do regime político único.

Não obstante, apesar de ser um regime “democrática” e eminentemente militar, onde os comissariados (termos na época equivalente aos ministérios) foram assumidos por militantes que desempenhavam funções política durante a revolução na sua grande maioria. Segundo (Semedo, 2011 p.98), “situação evidenciada no decreto Lei n° 3/73 de 24 de Setembro, que despõe sobre nomeação do governo”.

Enquanto a esse decreto que procedia contra a ideia do programa maior de dinamizar o aparelho de estado através dos técnicos capacitados e com as experiências de lidar com aparelho administrativo.

Segundo Rui Jorge Semedo, o PAIGC saiu das negociações e entrou na capital Bissau em Outubro de 1974, para inaugurar o início da primeira República onde assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que esta requer sobre tudo, a distribuição dos cargos públicos e a garantia do bem estar dos concidadãos. E a situação era complexa, porquanto, além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar,

também apresentava escassez de militantes com qualidades técnicas administrativas necessárias para fazer a máquina pública funcionar. (Semedo, 2011 p.96-97).

Após a formulação da independência na Argélia, os dirigentes do PAIGC deixando de lado aquilo que era preocupação do seu líder Amílcar Cabral, de não misturar o “programa menor com o programa maior”, após independência. Essa concepção de Cabral chegava mal aos ouvidos dos camaradas, dos que sempre têm como objetivo de lutar para libertar e conseqüentemente dominar.

De acordo com o professor Mario Fernandes BIAGUÉ 2014, no BIAGUÉ 2014 encontro da Conferência Internacional da “união dos estudantes guineenses nas Américas” (UEGA) realizado 19 a 20 de julho de 2014, no maciço de Baturité, cidade de Redenção-CE, o primeiro erro cometido pelo regime pós-colonial foi à implementação da constituição que não correspondem com as realidades sociais do país. “A constituição deve partir na base do consenso dos poderes locais que já tinha existido, em vez de copiar uma constituição portuguesa ou francesa sem ter em conta as realidades sociais locais e jogar numa estrutura totalmente diferente”.

O que na verdade copiando uma dessa constituição, seja ela portuguesa ou francesa nenhuma dessas nações não têm: Papeis, Manjacos, Fulas, Balatas e etc. A nação guineense é heterogênea e deve ser tratada como ela é, e não na base das outras nações que são bem distintas no seu todo. Próprio Cabral mostrou claramente que “a libertação nacional e a revolução social não são mercadorias de exportação”. E por outro lado, os nativos da Guiné-Portuguesa não tinham privilegiado de viver o processo de administração indireta, que de ponto de vista da coabitação foi um pouco mais “molhável”.

Para (KI- ZERBO, 2006) a hipótese das principais causas das instabilidades políticas dos principais países africanos são decorrentes, de um lado, do impacto negativo do sistema colonial europeu; e por outro lado, é a construção dos estados nacionais através dos modelos clássicos de estados-nações. Para (SANTOS, 1989 Apud, TEIXEIRA)

a política do PAIGC no contexto da busca incessante da identidade nacional refere-se ao espaço de poder assegurado pelo partido. A tentativa da institucionalização do estado fora acompanhada da política da substituição das estruturas dos anciãos por organizações nacionais formais. No programa do PAIGC, o partido defendeu a reforma, particularmente no que se refere à agenda da transformação socioeconômico e cultural atuando o etnificação de poder. (Santos, 1989 p.194 Apud, Teixeira)

Em outro aspecto que negativara o regime pós-independência foi as perseguições e fuzilamento dos quadros administrativos e ex-comandos Africanos. Com déficit dos quadros que na altura o partido deparava, acima de tudo não souberam recuperar esses quadros ao serviço do partido e do povo. E além, como foram justificadas em várias obras científicas de que a eliminação desses colaboradores só porque tem haver com as suas implicações ou ligação ao antigo regime colonial português.

Mas isso era muito mais além, pois os próprios camaradas eram imbuídos numa profunda ambição de governar e temiam com soldados e principalmente ex-quadros administradores pelas suas experiências acumuladas que poderia por em causa, senão, impossibilitar ou provocar concorrência de acesso ao poder. E por outro lado não podemos descartar a possibilidade dos rastros da luta a vingança devido à má interpretação ou apropriação inadequada de pensamento de Cabral.

E estes elementos em semelhança de Cabo-Verde também poderiam ser aproveitados através das suas experiências administrativas para edificar o aparelho estatal. Conforme salientou (FORRSEST 1993, p.60-61)

O abandono total das forças armadas portuguesas, vistas na época como um instrumento mais eficaz da estrutura organizativa que Portugal mantinha na guiné, eliminou o mais importante mecanismo organizativa de apoio a implantação do estado pós-colonial. Essa rotura teve rápido reflexo, pois embora o PAGC recebesse apoio dos seus aliados, como a ex-URSS, Cuba, Suécia, e outros... Inflexibilidade do PAIGC em decidir afastar ou colocar numa posição subalterna os indivíduos que serviram a administração colonial, alguns, inclusive, condenados por crime de traição à pátria. (FORRSEST, Apud, JORGE SEMEDO, 2011 p.98).

As evidências que possam nós comprovar o espírito de ambição, da conservação do poder e sem partilhar, foi justamente a matéria do capítulo seguinte que ira debruçar sobre o primeiro sobressalto do poder na história da Guiné-Bissau em 14 de Novembro de 1980 dos que sempre sonhavam ser os donos daquela nação africana.

### *3.3 AS SUBJUGAÇÕES E FUZILAMENTO DOS MILITARES E MILÍCIAS GUINEESES E EX-COLABORADORES DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS*

Durante a luta armada, Fulas, Manjacos e Mancanhas eram considerados traidores por Cabral e por PAIGC por terem apoiado o regime Português. (CABRAL, 2008 p.107 Apud,

MENDES, p.34). Assim, como mostrou no seu discurso, Cabral falou: “eliminamos o imposto colonial em vastas extensões do país e castigamos com justiça os africanos servidores dos colonialistas”. Cabral não quis falar com isso, depois da luta que todos aqueles que estavam do outro lado, serão exterminados. Pelo ao contrário, mas sim, que a justiça seja feita, por onde cada um possa responder por seus atos. (CARDOSO, 1995, p.271 Apud, MENDES, 2010 p.34).

Os camaradas interpretaram contrariamente a justiça que o líder referiu e as suas ações foram desastrosas logo após a independência. É importante deixar claro sobre os grupos étnicos acima referidos, não quer dizer que durante a luta de libertação não tinham participado ao lado do PAIGC.

Todos os grupos étnicos estavam de um lado, assim como de outro, portanto a presença é relativa e vice-versa. Exemplo: os Balantas, que constituem majoritário grupo étnico na guerrilha (PAIGC) devido vários fatores. Primeiro, pelo fato de ser o grupo étnico mais populoso do país. Segundo, a região onde habitam foi a zona estrategicamente escolhida pelo partido para ação militar. Terceiro, que próprio Cabral mencionou a estrutura social dos Balantas é horizontal, a inexistência de divisão das classes sociais.

A própria estrutura política e governativa que herdou o país do império era proveniente da estrutura anti-imperialista, por meio de uma resistência armada. É preciso considerar este fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram depois de proclamada a independência política e cujos reflexos não se apagaram. A luta pela independência foi conquistada graças ao importante desempenho das forças armadas, que foram instrumento da libertação do povo guineense.

Por isso, a sua influência é abnegado e está enraizada desde o início do surgimento da república, já que foi considerada a origem do estado da Guiné-Bissau, e assumem constitucionalmente o papel do restabelecimento da ordem e do controle nacional.

Nem a invocação da democracia no texto constitucional impediu os dirigentes do novo estado de cometerem o mais grave e ignóbil ato de fuzilamento em massa de militares e milicianos guineenses que tinham colaborado com as forças armas portuguesas. E nesta perspectiva gostaria citar WEBER através das suas “TEORIAS GERAIS DA AÇÃO” para ajudar efetivamente desvendar o contexto. É essa ação que Weber vai chamar e considerar como *Ação Efetiva* que é movida por sentimento, pelo coração e na ausência da lógica racional.

Em depoimento de algumas personalidades do livro “Negro da descolonização” de AGUIAR Antônio Luís, 1977, sobre fuzilamentos ocorridos no país, afirma a existência dessas práticas antes da independência. Segundo depoimento do Dr. Baticã Ferreira, (36) “os

comandos africanos foram fuzilados antes da independência, pois os fuzilamentos executados pelo PAIGC tiveram lugar logo após a entrada na capital Bissau pelo reconhecimento por Portugal para governar aquele território”. (Luís Aguiar pg.467).

Segundo Luís Aguiar (1977), também o exército português, ex-combatentes na Guiné-Portuguesa que lutava lado a lado com comandos africanos. Afirmou neste seu trabalho que a formalização do acordo e subsequentemente desarmamento dos comandos africanos, pós a independência com o PAIGC, como uma das formas não só de apaziguar os ânimos como também a forma de reintegrá-los na sociedade guineense. (Luís Aguiar; 1977 pg.468).

O acordo, pelo qual as forças armadas portuguesas a desarmou as tropas africanas ou comandos africanos, sob o seu controle com a colaboração da republica da Guiné-Bissau, foi provada por quem eles tinham uma quase idolatria e com eles se comprometera apoiar, na resposta a guerra que nos impõem, com o peso da nossa razão e da nossa força, na firme determinação proteger a vida, a liberdade e os haveres das populações, de garantir a sua legítima aspiração a uma guiné melhor, e na firme determinação dum povo que escolheu livremente o seu destino e quer construir o seu futuro a sombra da bandeira Portuguesa.

Por outro lado, a Constituição de 24/73 condenava as atitudes daquela natureza, o que lhes achavam de traição à pátria. No Artigo 86 observamos que

#### O CRIME DE TRAIÇÃO TEM LUGAR:

a) quando, sendo originário da guiné ou Cabo Verde, o acusada pega voluntariamente em armas contra as forças nacionalistas do PAIGC;...

b) quando ele se negue agir em nosso favor numa situação em que a sua situação é necessário, com o proposito de permitir vantagem ou sucesso do inimigo.

Esta lei permitiria às forças armadas do PAIGC, reforçar impunemente massacres, após a independência, com a complacência do governo português.

Portanto, se nós refletirmos profundamente sobre as crueldades contra ex-comandos africanos após da independência, sem querer desculpar ninguém sobre os ocorridos cada uma das partes tinham as suas complexidades neste caso (PAIGC e GOVERNO DE LISBOA), de cumprir e honrar as suas reponsabilidades perante as vidas em causa.

No programa (*A guerra- Prós e Contras* da RTP, 2007), um espaço de debate e entrevista. E onde foi entrevistado um elemento que fazia parte do comando africano da Guiné, o Comando (Sargento Monteiro, 2007) na entrevista disse “havia uma lei em que o serviço militar era obrigatório, tanto cá em Portugal assim como lá em Guiné”, no fundo ao fundo obrigatoriedade

da lei imperava contra qualquer vontade e como salientou o Sargento de que também não havia alternativas de fugir da guerra. Segundo ele só havia duas alternativas ou continuar na zona urbana onde ele habita e cumprir serviço militar Português ou então aqueles que viviam já nas zonas rurais libertadas e integrar ao PAIGC. Portanto concluiu ao afirmar de que “Agora o que se passou pós a luta foi uma vergonha para Portugal que nós abandonamos”.

Contrariamente do que foram relatos em várias obras literários, assim como em diversos discursos políticos que escondiam sobre o acordo de Argel, que vinha a ser o campo de refugio dos dirigentes Portugueses, de que o acordo debruçou sobre, o respeito escrupuloso para vida e dignidade desses agentes (comandos africanos), que não passa de disfarce. Isso porque, depois que o PAIGC venceu heroicamente o processo da luta da independência em todos os vertentes; quer no campo da batalha e assim como na esfera politico-diplomático até a vitória final. A Lisboa não esteve preocupada com as vidas dos ex-soldados que por uma ou outra razão decidiram aderir fileira Portuguesa. E o mais lamentavelmente por força da lei de recrutamento obrigatório que eram submetidas contra própria vontade.

Apesar de todas essas circunstancias o governo português não estava interessado em fazer um acompanhamento no terreno, com serias diligências que poderia ser feitas para evitar qualquer tentação contra esses cidadãos indefesos (desarmados). Por outro lado, as novas autoridades após a independência da Guiné-Bissau, querendo ou não, são subjugado contra os seus compatriotas. Uma subjugação vindo dum processo de luta de forma sega e irracional, praticaram atos que não têm descrição contra seus próprios irmãos.

#### *3.4 A POLITICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO COMO ALAVANCA PARA O DESENVOLVIMENTO*

A modernidade industrial escolhido ou implementado na Guiné-Bissau como modelo para dinamizar o processo de desenvolvimento do país foi inadequada à realidade socioeconômica do País. No decorrer da Primeira República, a Guiné-Bissau não fugiu das linhas do pensamento socialista. O governo seguiu um modelo de economia direcionado para planejamento centralizado, compreendendo o período de 1974 a 1980.

Segundo (Djaló, 2010, p.53), as opções políticas feitas após a independência do país levaram à criação de várias empresas públicas industriais, comerciais e serviços que, por razões diversas, acabaram muitas delas por falir e criando sérios desequilíbrios econômicos cujos efeitos ainda hoje se sentem.

O governo pós-independência liderado por Comandante Luís Cabral tinha inspirado nas composições ocidentais para governar o novo Estado, sem ter orientado no que Cabral sempre mostrou “adaptar à realidade local”. Os novos dirigentes priorizaram o sector industrial como sendo alicerce para o desenvolvimento do país. Tendo em conta as anteriores características obstaculizantes, a falta dos recursos humanos capazes, ou seja, técnicos capazes de familiarizar com as exigências da industrialização do momento. Assim, como em alguns casos, há indústria que a sua existência não faz sentido, bem que não correspondem com a realidade socioeconômica da vida da população; caso de montagem de carro que o país detinha na altura (*Volkswagen*).

Luís Cabral, durante seu mandato em frente do destino daquele país, era notável, os esforços visíveis em torno de progresso nacional em diversas áreas; mas priorizando a industrialização como prioridade das prioridades, depois o sector comercial e transportes, dando menos atenção ao sector primário agrícola, tendo em conta as potencialidades agrícolas que o país dispõe de um lado.

Em 9 de Maio de 1978, Luís Cabral, presidente de conselho de estado da República da Guiné-Bissau ou (Presidente da República), dirigiu-se aos deputados presentes na Assembleia Nacional Popular, uma mensagem à nação. Onde falou em uma grande angular das medidas e dos projetos ambiciosos, estão aqui os sonhos de progresso entremeados de críticas ríspida e elogios aos comissários (Ministros) e suas equipas num longo discurso.

Outros projetos de grande porte tinham sido modificados e reduzidos, caso do projeto para uma fábrica de açúcar e a prevista central em Porto Gole, que daria luz para todo o norte da Guiné. Havia queixas sobre a fábrica “*Titina Silá*”, que era a primeira fábrica feita na Guiné, do princípio ao fim, com a ajuda da Holanda. Havia críticas, importava perceber as dificuldades técnicas: o sistema que ali foi colocado para encher os pacotinhos de sumo de fruta não funciona bem: o ar entra nos pacotes provocando a fermentação do sumo.

“Há uma coisa que não podemos compreender: como é que uma fábrica daquelas, nesta altura do ano – o período mais importante da campanha de frutas: do mango e do caju – parou por não ter dinheiro para comprar fruta! E qual o motivo por que as compotas da fábrica são arrecadas no armazém e não se vendem? Isto é bastante grave” afirmou Luís Cabral.

Outro aspecto que não escapou ao presidente foi que o anunciou de tantos projetos em latência, Luís Cabral disse que chegara a hora de pegar a serio no problema da energia. Bissau vivia permanentemente os cortes de energia e fez o reparo: “Não é possível fazer desenvolvimento sem eletricidade e cerremos o risco de vermos a nossa indústria paralisada”.

Adiantou que tinha sido criado a (*CEABIS*) a companhia de eletricidade e água de Bissau. Onde foi mais longe “temos um projeto que é feito com crédito de *União Soviético* para instalação de centrais em Gabu, *Bissorã*, *Farim*, *Cacheu* e outros pontos. São 11 grupos que compramos com o crédito que a União Soviética nos concedeu e começaram já a ser instalados”.

Ao longo deste seu discurso o presidente Luís Cabral acrescentou de que havia recursos que iriam ser explorados, com prioridade para a água, era o caso de um projeto de algumas centenas forus nas áreas de *Bafáta* e *Gabú*; os fosfatos de *Boé* eram uma riqueza potencial, tal como a bauxite e anunciou: “iremos construir uma fabrica que irá transformar a bauxite em alumínio, sendo depois exportada com acréscimo de valor”, no caso de petróleo previa-se, com a colaboração de uma firma italiana fazer-se a prospecção das águas territoriais, fora criada a empresas petrolíferas para tal.

A exposição de Luís Cabral deslocou-se para transportes, elogiou a empresa (*SILÔ DIATA*), considerou-a grandes vitórias do governo, graças à ajuda da Noruega já tinham sido recebidos 35 autocarros; fora criada uma empresa de transportes marítimos, a (*Guinémar*). Mas criticou o fato de haver barcos que estavam a ficar rebentados a demasiado tempo e aproveitou para criticar os motores novos que estavam a ficar rebentados incompreensivelmente e afirmou o mesmo: “um motor de *VOLVO* pode trabalhar mais de 10 anos sem problemas, um motor de *CHRYSLER* dura também pelo menos dez (10) anos de trabalho. Mas na nossa terra um motor rebenta três (3) meses depois, seis (6) meses depois. Não podemos realizar o progresso da nossa terra se continuamos a trabalhar dessa maneira” disse Luís Cabral.

Durante este seu longo discurso, são notáveis as diversas deficiências que não correspondem com as exigências do momento. A ideia de reforma do Sector Publica em 1968 sob a influência do modelo Gestonário com o *relatório Fulton*. Mas devido a cumplicidade dos dirigentes da primeira Republica em excluir, perseguir e fuzilar ex-técnicos ou então técnicos enquadrados na administração colonial. Basicamente, administrativamente o país entrou na vulnerabilidade e não estava preparada no nível dos seus administradores e técnicos para fazerem evoluírem o desenvolvimento nacional. E proponho-me aprofundar mais a linha de pensamento de (*METCALFE, COWPER 1998 Apud, SILVESTRE, 2010*), segundo eles o relatório defendia a agilização das estruturas da Administração Pública, nomeadamente colocando a ênfase nas capacidades dos gestores públicos e com esses a responsabilidade pela contratação dos especialistas necessários a labuta (trabalho) e gestão financeira. E não no sentido talvez pensado pelos dirigentes da primeira República e gostaria de citar (*GRAMSCI Apud SEMERARO, 1997, p.14*) sobre a *Cidade Futura*, essa cidade do qual o Gramsci

referiu não desce do céu, mas sim, se “baseasse numa construção ativa, consciente, aberta e permanente conduzido por homens reais expostos sempre ao imponderável e às contradições”.

Essa visão importada pelos dirigentes do novo Estado através do mundo ocidental e sem ter em consideração o percurso histórico do ocidente. Era preciso ter aquilo que (FREIRE, 1985), chamou de “sensibilidade histórica, que seria exatamente a capacidade de ler o mundo e não ler os livros”. Assim segundo o reparo de (GELLNER 1981 Apud, Teixeira 2005),

Na sua reflexão sobre o campo teórico africano, a visão proposta por Gellner (1981) repercutiu-se nos debates políticos dentro do Pan-Africanismo. É interessante perceber que autores como Mamadu Dia e Mamadu Turé (Nkrumah, apud, Benot, p.161), adeptos de uma política de unidade econômica, defendiam que a África Ocidental pós-colonial só conseguiria ultrapassar o seu “subdesenvolvimento” se se pautasse pela industrialização. Ernest Gellner acreditava que o nacionalismo tem suas bases com a emergência da industrialização capitalista marcada por mudanças significativas no campo econômico. (Teixeira, p.5;6)

Os estados africanos são produto de pura imitação política e social europeia, porém, tais estados têm sido um fracasso, na medida em que houve formação de partidos únicos e regimes militares autoritários que se utilizam de carisma dos chefes africanos tradicionais. Como realçou Cabral citado por (ANDRADE,1980 Apud, LOPES, 2012 p.8), “a tragédia do pensamento africano tem a ver com a ausência de ideologia”, ainda acrescentou Lopes de que Cabral não referia aos debates sobre o fim das ideologias dos africanas, mas sim das ausências delas conhecimentos teóricos na análises das realidades concretas. Interessa-nos fazer referencia ao filósofo Queniano (ODERA ORUKA, Apud JOSÉ P. CASSIMIRO) que chamou atenção na sua citação no trabalho “Filosofia, Ensino Intersubjetivação”, que partiu de pressupostos básicos das elaborações das ideologias locais dos conhecimentos tradicionais que não estão escritos, mas que deveria ser repensados e rescritos como os tinha feitos no mundo ocidental, “Platão escreveu os diálogos de Sócrates e através deste de outros como Thales de mileto”.

#### **4. *CAPÍTULO- IV A TRANSIÇÃO POLÍTICO MILITAR QUE DEU FIM AO MANDATO DE LUIS CABRAL, PROVOCADA PELO RESCALDO DO COLONIALISMO (14 DE NOVEMBRO DE 1980).***

##### **4.1 *O DESGASTE DO PODER E A PERDA DE LEGITIMIDADE (CARISMA)***

Os insuperáveis obstáculos colônias e demais sucessivos erros cometidos na primeira republica foram progressivamente minando as bases desta legitimidade histórica e do carisma que o PAIGC detinha e dos seus dirigentes.

Para (Weber, 2004), o carisma é um fato excepcional e inédito facultado a um determinado indivíduo como um presente “divino”. Esses concordaram em diversas e variáveis formas que tornam individuo singular: a sua capacidade ou inspiradora, as mudanças introduzidas no desempenho dos outros e tendência para recorrer valores importantes. Ainda segundo esta linha de pensamento que propôs hipóteses sobre as caraterísticas e os comportamentos dos líderes carismáticos com objetivos de justificar as suas capacidades de adaptações a diferentes situações.

(WEBER, 2004) defende a maior facilidade de os líderes carismáticos emergirem em situações de crise. Assim, carisma pode ser encarado pelos seus subordinados como um atributo. Mas por outro lado, (CONGER, 1989) acredita que pouco líderes poderão ser tão fascinantes e produtivos como os carismáticos, pois aquilo que melhor os caracteriza é o facto de serem “mestres em liderar”.

Assim como realçou ex- revolucionário de Burquina-B THOMAS SANKARA, num dos seus discursos onde ele afirmou de que “um soldado sem formação e sem preparação política, ele pode ser um potencial criminoso”. Isto é, em todos os vertentes da vida econômica, sócio-político e cultural de um país e que regem o processo de progresso rumo a desenvolvimento. As principais hipóteses de caraterísticas deste são:

- Primeiro, devido as suas limitações dos conhecimentos vai querer criar mecanismos da conservação do “poder”.
- Segundo, através do primeiro criar um “clima de impunidade” entre as classes dirigentes.

-Terceira e a ultima, a voz e a vontade popular seriam controladas e reprimidas pela autoridade e restaurando assim um clima de medo, desconfiança, perseguição, calunia e acima de tudo criar ódio, dos que se vitimaram ao longo de todo aquele período.

Próprio (CABRAL Apud, LOPES, 2012) apregoava que “a crise da revolução africana provém de uma crise de conhecimento”. Ou, mesmo falta de base teórica para análises de realidades concretas.

Foi claro sobre as incapacidades de articulação de uma política que adapta a realidade local as suas consequências ou insucessos devido à insuficiência de compreensão podem fracassar e criar crise nos movimentos ou (nos governos) fatores evidenciada durante a independência. Isto é, implantação ou importação de um sistema político que não corresponde a realidade socioeconômica e cultural do povo em causa. Essa mesma ideia foi reforçada por (LOPES, 2010 p.16), quando se referiu a *mudança do estado por reforma, revolução e golpe de estado*. segundo o qual um dos problemas fundamentais do estado contemporâneo é conciliar a ideia de ordem com o intenso dinamismo social, que ele deve assegurar e promover e que implica a coerência de uma constante mutação.

As inquietações e desconfianças existentes no seio do partido e com a nova constituição, adotada no dia 10 de novembro, onde foram alargadas poderes do chefe do estado, passando a ser simultaneamente chefe de estado e de governo. Criou pânico, 4 dias depois foi consumado primeiro golpe de Estado da historia da Guiné-Bissau. Justificado pelo líder de golpe do Estado Comandante João Bernardo (Nino) Vieira, através do “movimento reajustador” que trás a luz do dia, varias revelações sobre as execuções sumárias e sem julgamento contra ex-comandos africanos e colaboradores do regime colonial, por parte do regime deposto, onde ele fazia parte como chefe do governo e atribuindo todas as responsabilidades ao presidente deposto.

Seis dias depois de golpe, o único jornal existente, o jornal “Nô Pintcha”, estatal, publica, no dia 20 de novembro de 1980, a divulgação de uma lista com os mortos encontrados nas valas comuns, cuja existência foi denunciada pelo próprio “Nino Vieira”, assim que ascendeu à chefia do estado. A lista que não incluía apenas comandos africanos e abrangia também dissidentes do regime liquidados a tiro, era antecedida de uma significativa introdução.

Se for à verdade 14 de Novembro vinha para justificar o algo injusto, ou seja, algumas ocorrências anormais que vigoravam no país após-independência, dos assassinatos como já foram justificados pelo líder. Gostaria de deixar algumas questões reflexivas e como se justificaria novos alvos e vítimas desta vez dentro da própria estrutura do partido e que atingiram altos dirigentes? Será que a própria palavra, ou seja, o conceito “reajuste” no seu

pleno significado foi em conformidade com as ações dos ajustadores? O que é que Nino Vieira e os seus aliados queriam na altura?

Quando Nino Viera fez o golpe de estado de 14 de novembro de 1980, que depôs Luís Cabral do cargo de primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau denunciou os fuzilamentos e mostrou aos guineenses e ao mundo as valas comuns onde tinham sido enterrados os homens fuzilados. O que o novo presidente pretendeu foi atribuir esses atos ao presidente deposto. Mas Luís Cabral não rejeita tal acusação e limitou-se esclarecendo que a sua liderança não atuava contra os combatentes da liberdade da pátria, e na revista “SABADO” do dia 26 de Outubro de 1990, afirma:

Durante a primeira Republica, nem um único combatente da libertação chegou a ser preso pelas suas opiniões politicas. Nos poucos casos em que as posições assumidas chocavam com os princípios do PAIGC, os respectivos autores deixavam de fazer parte da sua direção, cabendo ao estado a responsabilidade de lhes assegurar as funções que lhes garantissem o nível de vida conquistada pela sua participação na luta de libertação nacional do nosso povo. Foi, pois, a partir de 14 de novembro de 1980, datado golpe que permitiu a Nino Vieira usurpar o poder sem partilha, que o combatente da liberdade da pátria passou a ser vitimas da arbitrariedade e dos crimes dos seus próprios companheiros. Vimos assim valorosos combatentes do PAIGC serem fuzilados ou deixados à morte nas prisões depois de barbaramente espancados, enquanto outros eram presos, torturados e afastados de qualquer cargo nas estruturas do partido ou do Estado. (pg.15).

A curiosidade das declarações de Luís Cabral à revista “SABADO” tem a ver com a sua peremptória negação de ter fuzilado “combatente da liberdade da pátria”. Isto é, um “combatente da liberdade” será, para Luís Cabral, apenas e só aqueles que, no PAIGC, combateu o colonialismo português.

No fundo, nas declarações àquela revista, Luís Cabral não fala e, por isso, não afirma nem nega que tenha sido responsável, pelo menos moral, pelos fuzilamentos dos guineenses que tinham feito parte dos Comandos Africanos ao serviço do Exército português, e também dos comandantes de Milícia. Ficará para a história o esclarecimento do que ainda não foi dado como factos assente.

É muito importante refletir profundamente sobre as condições que os colonizadores nós impõem sem escolha à “luta armada”. Esta que depois da independência o novo estado tinha um percurso conturbado até que “14 de Novembro” acabaram por deitar seu rumo e aumentou a impunidade em todos vertentes da vida política e socioeconômica do país. A luta que custou vidas e suor, não passa de campo de ensaio para sucessivas atrocidades, mas também, como

meio de demonstração de força (matchundade). Tudo isso, demonstra outra componente que possa refletir negativamente sobre gloriosa e heroica luta dos que sonha com uma guiné melhor.

#### 4.2 . *A PARTIR DA PERSPECTIVA DO “NEO-INSTITUCIONALISMO” DO MOVIMENTO REJUSTADOR ANALISAREMOS, NESTA SEÇÃO O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES COERCITIVAS.*

Neo-institucionalismo é uma escola de pensamento crítico que emergiu ao longo da década de 1980, nos Estados Unidos de América e tem como escopo de análise as instituições. Ela se divide em três diferentes linhas de pensamento: institucionalismo histórico; institucionalismo da escolha racional; institucionalismo sociológico. (Hall e Taylor, 2003).

O ponto culminante das teorias dessas escolas baseia-se justamente na ideia de que os autores políticos e sociais moldam seus comportamentos em função do desempenho e tipo das instituições de uma determinada sociedade. Isto é, os autores sociais ou transgressores da lei olham para instituições (nas suas fragilidades e aproveitam delas), antes de cometerem um determinado crime ou transgredir a lei constitucional.

Depois de várias acusações e justificativas a respeito aos crimes de sangue na primeira República. A nova autoridade além de atribuir a responsabilidade política ao antigo chefe de regime deposto das autorias dos crimes e o pior os novos dirigentes não souberam apreender com os erros do passado, onde os mesmos acham ser inculcados da história da primeira Republica. É importante frisar um trecho do discurso de (MAQUIAVEL Apud WEFFORT, 2006), que demonstrou de que é possível prever a repetição dos erros passado com o estudo cuidadoso e conhecimento das causas da mesma. E se não for o caso, o subjugaria para mesmos atitudes ou comportamentos e usar a antiga prática da impunidade passada anteriormente.

Aquele que estudar cuidadosamente o passado pode prever os acontecimentos que se produzirão em cada estado e se utilizar os mesmos meios que os empregados pelos antigos. Ou então, se não há mais os remédios que já foram empregados, imaginar outros novos, segundo a semelhança dos acontecimentos. (Maquiavel; Discursos, livro I, cap. XXXIX).

E por além, no caso das novas situações, exemplo: o que não se trata dos colaboradores do regime colonial que foram fuzilados por traição a pátria e sem que os sejam submetidas à justiça. Mas sim do problema interna do partido, a questão da liderança apesar de ter existido

antes, mas que o regime deposto “gerenciou” a situação pelo menos para que não se ouça tantos crimes de sangue entre membros de partido, com alguns para esclarecer antes de “golpe de 14 Novembros”, exemplo: da morte do então primeiro ministro na altura, Francisco Mendes (Tchico Té). Mas depois de 14 de Novembro a situação no interior do partido se agravou bastante.

Creio eu, para citar Michel Foucault 1976, para ajudar-me refletir e problematizar a respeito do assunto através dos seguintes questões que próprio Foucault abordou no seu trabalho intitulado “Em Defesa da Sociedade” 1976. Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como nessas condições, é possível, para um poder público matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor a morte não só os seus “inimigos”, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema centralizada?

A paz e a justiça são duas faces da mesma moeda. A justiça propõe repor a verdade dos fatos, atribuir a responsabilidades, ilibar os inocentes e punir os culpados. A justiça poderia ser na altura como elemento fundamental para o processo de reconciliação nacional. Para além da concretização do seu valor intrínseco, a realização da justiça permitiria revisitar o passado, apurar a verdade, responsabilizar os agressores e confortar as vitimas. Confere igualmente, confiança na validade das normas que rezem uma sociedade, funcionando assim como um fator social estruturante e aglutinador. Este é o caminho que vou percorrer no sentido de procurar analisar e compreender o funcionamento das instituições do (poder) pós-independência. Era necessário compreender o que estava em jogo dentro da nova classe de elite no interior de estado ou organização segundo a interpretação de análise de (EUGEL, 1996 Apud SEMEDO, 2011)

“muito embora um dos propósitos da luta de libertação foi de garantir igual direito a todos os cidadãos, como acesso à saúde, à educação, à justiça e ao lazer, ou seja, criar condições favorecedoras das necessidades básicas das populações, a ação do estado guineense após a independência tem resulta mais no privilegiamento da elite emergente do que garantir os pressupostos pelos quais havia lutado”. (EUGEL, 1996, p.139 apud SEMEDO, 2011 p.102).

Os dirigentes das instituições após golpe 14 de Novembro estavam longe no que se pensa no restabelecimento da paz social e pouco menos, no que se refere a “reestruturação” das instituições da república com finalidade de atender o bem comum e a necessidade do povo. E

por outro lado, a reestruturação que me refiro é no sentido que possa criar um ambiente saudável entre as instituições do estado e fundamentalmente dentro do partido. Mas para que isso possa concretizar era necessária que no mínimo, as instituições sejam aquelas independentes, isente e sem dependência de acordo esta plasmado nas leis. (ZALUAR 2003, Apud COSTA, C.2005 p.107), chamou de crime organizada de crise institucional, devido à natureza das suas conexões entre si, de enquadrar agentes de todas as instituições, policiais, políticos, juízes, empresários até as próprias instituições. Por outro lado, (LOPES 2010, p.16), ira justificar esse espirito do pressuposto conservador, que têm como dois erros básicos: a) manutenção de organização inadequada; e b) adoção dos processos muito eficazes para objetivos limitados, mas conflitantes com o objetivo consecução do bem comum de todo o povo.

As práticas injustas tiveram suas raízes que no decorrer da luta eram feitas pelos alguns officias movimento e principalmente na beira da independência, refiro-me momento pós-assassinato de Cabral em Conakry. Atos que próprios altos dirigentes cometiam contra os indivíduos que foram acusados no envolvimento da morte de Cabral. E que depois vinham a reconhecer seu erro deforma como era administrada a “justiça” que por fim levou fuzilamento selecionado dos supostos envolvidos por traição. Atos ou “ações efetiva” no pensamento Weber que são feitas com coração e na ausência da razão, também teve seus reflexos negativamente depois da independência que pejorativamente se transformou nas praticas das ações tradicionais que tinha nascido com a morte de Amílcar Cabral.

Essas atitudes vieram a se fragmentar como forma eficaz de desencorajar e de intimidação dentro do próprio partido. Procurando assim forma de fazer calar as possíveis ou posteriores ideias opositoras e contraditórias a respeito de um determinado assunto por censura. Assim como podemos entender na fala de (Coronel Dr. Afonso TÉ 2012), ex-promotor da justiça na “*Era dos Rejustadores*”, numa entrevista ao um dos blogueiro: onde disse “o PAIGC é uma organização de certo secretismo de muitos problemas em que muitas coisas não vêm à luz do dia, devido o bastante por de trás. Também se fazem no sentido de abafar os problemas não de resolver, de dar devidas soluções e quando foi abafado vai fermentar, quando fermenta se explode”. O (SALVATORE LUPPO, Apud COSTA C. 2005 p.107), vai mostrar que o crime organizado aguarda muita de sociedade secreta, com seus rituais iniciáticos.

A inoperância das instituições coercivas principalmente depois de assassinato de Cabral, posso assim dizer, a partir dali não há justiça nem para camaradas do partido, enquanto mais aos adversários (colaboradores dos portugueses) considerados traidores. A fragmentação da impunidade no país, assim como vários outros fatores que ao longo deste trabalho foram mencionados, se repisamos nos tempos dando as sequências dos acontecimentos como já referi

o assassinato de Amílcar Cabral e não só, como também nas outras atividades da vida política, econômica e sociocultural do país, podemos chegar uma conclusão de propósito da essência da escola “Neo-Institucionalismo” e assim também compreender os demais questionamentos de Michel Foucault, tudo sobre os autores políticos e sociais.

O propósito deste trabalho é estudar período depois da independência é bom que isso fique claro ao quantos leitores, mas abordagem desse período e a sua compreensão exige-nos recuar ou voltar nos tempos anteriores para melhor contextualizar fatos e os potenciais leitores. Cabral foi assassinado 20 de Janeiro de 1973 em Conakry pelos próprios elementos do seu partido segundo história. Mas até hoje nenhum dirigente do PAIGC e nem tão pouco a justiça foi capaz de esclarecer o motivo da sua morte e os autores morais. Em sequencia deste acontecimento como já tinha referido anteriormente os acusados foram retaliados com pena de morte. O mesmo aconteceu com os comandos africanos e colaboradores do regime imperial. Essa pratica da impunidade vinha a substituir o papel de uma justiça independente, dando seguimento a uso da força (assassinatos e censura), e de corrupção generalizada no aparelho do estado.

No dia 17 de Outubro de 1985, a tão falada tentativa de golpe de estado conhecido como “caso de 17”. O acontecimento que pode nos ajudar entender a inoperância do sector judicial, sobretudo quando se trata dos autores políticos ou chefias. Assim como no questionário de MICHEL FOUCAULT, como um poder pode mandar matar? Na medida em que os dirigentes do partido procuram se afirmar como “únicos” (lideres), em consequência de isso, “morrem seus adversários”, isto é, dentro e forra da sua organização, seus (adversários e supostos inimigos). Assim como (KOUAWO 2001), nos mostrou no seu reparo ao referir (FERNANDES 1994).

“Contradições no campo politico na medida em que, após o movimento de 14 de Novembro, o PAIGC perde cada vez mais importância como coletivo e cede terreno à afirmação de um poder pessoal que se serve do partido como simples ponto de apoio”. (FERNANDES 1994 P.32 Apud, KOUAWO, 2001 P133).

Como diz (HOBBS, Apud, WEFORT, 2008, p.56;59), “a natureza humana encontramos três causas principais de discordância: a competição; a desconfiança e a gloria”. Através destes três componentes básicas que caracterizam homem, leva o individuo não só em desejo material ou dos (bens material), mas principalmente o que Hobbes falou a “honra” que segundo ele, “entre as causas da violência, uma das principais reside na busca da gloria”.

A ausência e a politização do sistema judicial controlada ao longo da história da nossa independência por sistema criminoso instalado no poder desde a primeira república onde aconteciam assassinatos clandestinamente casos (dos comandos africanos), alguns a luz do dia refiro-me então Primeiro Ministro Francisco Mendes (Tchico Té) e o maior caso dos crimes após a independência em termos numérica pertencentes ao partido, ou seja, dentro da estrutura do PAIGC, foi caso 17 de Outubro, e além das torturas relatados pelas vítimas. É importante analisar profundamente e procurar perceber o desenrolar e da evolução política do país na época, movida pela conjuntura internacional das mudanças que teve início a partir da década 70, e que vinha a ter seu desfecho no decorrer na década de 80.

Estou referendo grandes acontecimentos a nível mundial a desmoronamento da URSS e a Crise Económica que também não deixava Guiné-Bissau. A criação organizações (BM e FMI), em Julho de 1944, na Conferência de Bretton Woods (New Hampshire, EUA), com duplo objetivo; *financiar a reconstrução da Europa pós-2ª Guerra; e prevenir eventuais depressões idênticas às dos anos 30*. A intervenção dessas organizações não poupava a estrutura centralizam-te do sistema político. Em benefício da ajuda financeira, em que estavam a exigir sequencialmente grandes mudanças irreversíveis ao sistema política radical e centraliza-te, tendo em conta as necessidades económica do país. Foi no decorrer da primeira etapa da implementação da política da liberalização económica em que ocorreu a tragédia do caso (17 de Outubro). Onde as vítimas são acusados de tentativa de golpe de estado.

Mas que na verdade, algumas questões me deixa inquieto e também possa me ajudar a refletir e problematizar aquele exato momento. Questões reflexivas a fim de compreender ocorrido: quem são os acusados? Que funções ocupavam no partido e assim como no aparelho de estado? Quais são os que tiveram pena de morte ou (fuzilados) E os que foram isentados posteriormente, mas que tinham a mesma condenação?

Se flexibilizamos profundamente a nossa razão chegaremos ao ponto culminante, para entender como foi jogada o jogo. A compreensão do sistema burocrático através do que (LUIS ALTHUSSER, 1980 p.42,43) chamou da composição do Aparelho de Estado por; Aparelho Ideológico de Estado (AIE), que segundo ele, não tem significado particular, mas sim abrangia instituições distintas e especializadas. Essa funciona de forma interligada ou senão reciproca com Aparelho Repressivo de Estado (ARE), que funciona pela violência, a fim de fazer valer as regras do jogo. Mas (ALTHUSSER, p.45) vai mais longe quando disse “enquanto o Aparelho Repressivo de Estado, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (na sua dispersão aparente) releva pelo contrário do domínio privado”.

A minha compreensão durante período do partido único, que foi o objeto de meu estudo passa necessariamente compreender nesta abordagem sobre a unificação do (ARE) ao domínio público (Estado) e o controle do (AIE) na sua dispersão que é inrejeitável devido a sua própria natureza visível, mas ao contrário o (AIE) foi unificado também ao domínio público, por espírito conservador e uso (ARE) pela sua concretização e que foi um processo que nasceu juntamente com estado pós-independência através do carisma. Entretanto, associando a natureza do funcionamento desses aparelhos no contexto exatamente do partido único e com as transformações que o mundo vivia na década 1980, viremos que as consequências da ordem internacional iria fazer o impacto (a ruptura) a nível nacional, dentre os conservadores e os liberais. (PANABIANCO, 2005 Apud, SEMEDO 2011)

No caso de PAIGC, que nasceu como um movimento revolucionário, a subversão interna por meios violentos, recursos às armas e a intolerância ideológica marcaram sucessivamente a fase anterior e posterior à ruptura com Cabo-Verde.

As exigências do grupo financeiro ou a pressão da comunidade internacional na época, da necessidade senão obrigatoriedade de uma abertura econômica e política ao médio prazo que se estava adivinhar à ser posta ao país de uma nova abertura política se deve contribuir bastante no acontecimento do alegado tentativa de golpe do estado, vulgarmente conhecido por caso de “17 de outubro”. Tendo em conta a natureza da política e do crescente rivalidade inevitável no interno do PAIGC “o sistema” pressupõe a limpeza dos não alinhados, ou seja, os liberais (supostos opositores da ideologia), isto é, dentro das classes dirigentes. Para (SAMBU, 1989 Apud, SEMEDO2011), o conflito instalado no PAIGC tem duas supostas explicações; as rivalidades entre dois grupos *Mandingas* e *Balatas*. E segundo foi a consequência do referido antagonismo. E essa ideia foi defendida por (PROENÇA Apud, SEMEDO, 2011) de forma mais elástica. Portanto, dando assim alívio para posterior desafio que se adivinha (processo da liberalização política) que foi bem entendido por ter sido inadiável.

### 4.3 A CRISE ECONOMICA OBRIGOU LIBERALIZAÇÃO ECONIMICA E LEGITIMOU OS LAÇOS DE DEPENDENCIA QUE CARACTERIZAM O NEOCOLONIALISMO

A Teoria Neoliberal surgiu na Escola de Chicago e em especial com o trabalho desenvolvido pelo [Friedman (1956b, 1962)], que foi tido como o “mais alto sacerdote do monetarismo e (é) popularmente elencado como que no papel de um *meteorito* (aquilo que cai de seu)”. Por outro lado, (FRIEDMAN, 1962, Apud, SILVESTRE, 2010) influenciado por o pensamento de (Smith 1923), sobre a mão invisível do estado no processo econômico, ele disse “o mercado e o mecanismo de preços que lhe está associado são melhores alocadores de recursos do que a ação governamental”

No processo da liberalização econômica do país foram invertidas as tendências ao ponto onde a vontade imposta *externa* prevalecia sobre a vontade conservadora *interna*. No capítulo anterior prova à ignorância dos dirigentes da primeira República sobre a primeira fase da eficiência na reforma no sector público que segundo (SILVESTRE 2010), a reforma do sector público esta dividido em entres três variáveis distintas. No entanto interessa-me estudar variante da eficiência, está que também esta divide em duas fases, a primeira fase através do *Financial Management Initiative* (Iniciativa de Gestão Financeira); de acordo com a experiência vivida por Ingleses de 1979-1984. A 2ª fase da Eficiência na reforma do sector público que (SILVESTRE 2010), vai se enquadrar as políticas Neoliberal através da reforma do sector público a privatização. Isso se pressupõe um trabalho das profundas reformas na elaboração da política que deve identificar com as potencialidades humanas que o país despõem ou deviam despor. Igualmente dando espaço ao novo sector emergente (*Sector Privado*) e as outras instituições querem financeiras nacionais e internacionais à possibilidade através (um clima de estabilidade econômica e política que possa a segurar um ambiente de negócios), mas tudo seria possível quando o estado fosse capaz de se auto modernizar e de explorar as contradições neocolonialista instalado após 2ª Guerra Mundial.

Importa lembrar como foram os procedimentos para legitimação dos novos paradigmas e diversas formas de neocolonialismo, maioria destes hoje conhecidos como cooperações internacionais.

Nos meados de final da década 30, em que deu inicio da 2ª Guerra Mundial as grandes potências imperiais mundiais *Inglaterra, França e Bélgica*, devidas ofensiva levadas ao cabo por Alemanha Nazista, começaram a se sentir e perceber o gosto de ser alienados através de um

processo da dominação Nazista Alemão. Portanto, percebendo isso de um lado, propositaram a criação em 10 de Dezembro de 1948 a “*Declaração Universal Dos Direitos Humanos*”. E por outro lado, a histórica busca incessante de expansão aos novos mercados que (Fernando NOVAIS 2011 p.123), vai desvendar entre antigo sistema colonial fundado naquilo que ele chamou de o *pacto colonial*, e que representa exclusivismo do comercio das colônias ou por entra outras palavras que reserva o direito unilateral do exercício do comercio à metrópole. E segundo ele, este sistema do capitalismo comercial entrou em declínio nos finais de séc. XVII em detrimento ao emergente capitalismo industrial para extração das matérias primas e subsequentemente escoamento ou abastecer os produtos aos mercados em causa e posterior instalação das suas indústrias. Logo no final da 2º Guerra Mundial metade de década 40, com criação da organização das nações unidas (ONU) e posteriormente décadas de 50, 60 e até 70 nos casos das colônias de Portugal, as ultima a serem independentes.

Nestas perspectivas, elas potenciam o papel estratégico reformulando os novos paradigmas ideológicos como forma de continuar impor seus domínios econômicos e deixando a antigas normas de *ocupação efetiva* sobre as antigas colônias e substituindo-as através das grandes agencias financeiras mundiais das nações unidas BM e FMI designadamente (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) e demais agencias financeiras Americanas e Europeias sob seus controles. Essa forma mascarada de dominação e da usurpação dos recursos das ex-colônias de forma continuadamente, mas mudando dos seus métodos de forma mais adequados para eles.

Segundo; (DJALO, 2010 p.27) “Em suma, a descolonização na África Ocidental, pode ser como um histórico, primordialmente politico, ocorrido em especial após a Segunda Guerra Mundial”.

E por outro lado, dando as possibilidades das potenciais imperialistas mais industrializadas usufruírem das novas potenciais de mercados dos impérios menos industrializados na extração das matérias primas para sustentar suas industriais isentando-as das barreiras submetidas anteriormente pelos impérios ocupantes e subsequentes suas transformações e submetê-las ao consumo de novo as comunidades em causa.

Essa politica da liberalização que também chegou Guiné-Bissau no inicio de década 1980, foi à consequência da crise econômica que tinha iniciado há décadas atrás e que os Economistas capitalistas mundiais contemporâneos acham o único caminho para saída de crise seria “Neoliberalismo”. Portanto, as organizações financeiras mundiais anteriormente citadas tinham papel fundamental não só na propagação do novo sistema, assim como na legitimação desta, principalmente nos ditos “Terceiro Mundo” (na África, Ásia e América de sul e Central),

dando assim ainda mais outra possibilidade ocupação “Neocolonialista” de se instalar as suas indústrias e também controlar mercados mundiais. Nesta logica, com a crise que tinha abalado vários países inclusive grandes partes dos financiadores da Guiné-Bissau, o país foi obrigado entrar no barco sem mínima estrutura para tal.

A nova ortodoxia econômica que tinha começado a influenciar a condução das políticas de desenvolvimento no início da década de 1980, e em as organizações de (BM e FMI) se encarregariam de popularizar, acabou por fornecer os instrumentos de politica que pareciam ser mais adequadas para responder a situação de instabilidade macroeconômica que se tinha criado durante o período anterior. E o poder politico emergente com golpe de estado de 1980 acabou por adoptar as novas ideias econômicas e de desenvolvimento como um instrumento importante para a consolidação do seu poder. (Projeto Diáspora; 2012, p.21)

E por outro lado, fato marcante neste processo de liberalização econômica que obrigou aos dirigentes do PAIGC a se descentralizar foi desmoronamento de Ex-URSS fonte de financiamento de muitos projetos do partido. Entretanto o PAIGC não tinha outra saída estrategicamente falado a não ser submeterem-se as regras que dita segundo essas organizações (BM e FMI), de uma total abertura (econômica e posteriormente politica) de forma gradual como tinham sido efetuado contra vontade dos dirigentes. Portanto, assim segundo: (DJALÓ, 2010; P.35). Após três anos (1983), o governo adotou um programa de estabilização econômica e só em 1986 formalizou a sua opção pela economia de mercado através de um programa de ajustamento estrutural que pressupõe a uma revisão radical na constituição da Republica.

Podemos assim concluir em algumas hipóteses, de que a liberalização econômica não atingiu os seus grandes objetivos devidos inumeráveis motivos: alguns das quais foram; a falta de vontade demonstrada de uma abertura que *partiu de fora para dentro e não dentro para fora*, a *instabilidade politica*, que condicionou uma ausência dos investidores e investimentos, e a *ausência nas modificações das politicas econômicas* dar atenção ao sector primário; Agricultura e outros sectores econômicos, igualmente revolucionar a diversificação da produção agroindustrial aproveitando neste caso boas condições naturais e climáticas do país prevenindo assim o crescente abandono dos campos para cidade devida inoperância do sector. E que foram fatores visíveis e comprovatória ao longo de 30 anos do neoliberalismo econômico na Guiné-Bissau contrariando assim os autores: (Bennett, 2001; LONDON, 2002; YVONNE,

2000 e entre outros Apud SILVESTRES 2010) que concordaram com o seguinte: a teoria neoliberal visa justamente promover a participação do sector privado na prestação de serviços públicos através de transferências de poderes e na separação da Política e Gestão. Contrariara na medida em que até no presente altura já há 30 anos o aparelho do estado é o maior empregador em relação ao sector privado pelo facto dos políticos se confundem os cargos gestores e sua politização, foi desta natureza de ser, (Manuela Silva, 2005 Apud, LOPES DA CRUZ, 2007) vai falar da “perda de referência ética”. E ainda para (DA CRUZ, 2007, p.22) ”não é possível desenvolvimento sem crescimento econômico, todavia, pode haver crescimento econômico sem desenvolvimento”.

De outro lado, a ineficácia por parte do sector privado foi o que identifiquei no projeto; *“ASSESSMENT OF THE DEVELOPMENT POTENTIAL OF THE GUINEA-BISSAU DIASPORA IN PORTUGAL AND FRANCE”/2012*. As causas do insucesso de liberalização no processo de desenvolvimento econômico, salientou ainda de que essas características são vigentes não só na Guiné-Bissau, mas também nos outros países da África Subsaariana são:

I- O aprofundamento do fosso entre a agricultura e os outros sectores da economia, que caracteriza o funcionamento de sociedade cada vez mais dependentes de atividades agrícolas tradicionais, reflete a dificuldades da transição estrutural e da transferência de recursos para atividades de maior produtividades, indispensáveis para gerar e sustentar um processos de crescimento econômico; II- A permanência do trabalho na atividade agrícola e num quadro de elevado nível de subemprego, acaba por pressionar as populações para a migração rural-urbano e para a concentração marginalizada periurbana, reflete a incapacidade de absorver produtivamente o excesso de trabalho, o que só é possível através de políticas econômicas e industriais ativas. III- A reprodução de uma economia que depende de uma agricultura tecnologicamente tradicional não cria condições para gerar endogenamente uma modificação das vantagens comparativas, ficando a sua capacidade de exportadora totalmente dependente de fatores exógenos (preços internacionais, condições climáticas). (2012, p.24)

Entretanto podemos concluir de que devido ausência da política de abertura que efetivamente é condicionada por uma vontade interna sobre uma decisão consertada que visa preparar estruturas de base de um lado. Por outro lado, essa ausência de construção levou escolha transplantada ao país num total insucesso. As provas da inoperância e da incapacidade

dos Sectores Público e privado foram na sua total invisibilidade no mercado e ainda Já há 30 anos o ultimo não tem nem sequer dinheiro para se autofinanciar suas atividades na operação de comercialização de produtos agrícolas do país. Mas um sector privado onde o estado é maior empregador e portando comprova a ideia de compra do sentido neoliberal. Nos países industrializados sectores privados joga papel estratégico e fundamental no processo de desenvolvimento, dar oportunidades de tudo tipo e criar postos de emprego e dando alivio ao estado.

#### *4.4 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO FORJADA E A IDEIA DA DEMOCRACIA (MULTIPARTIDARIA) COMPRADA.*

Assim como no inicio do anterior capitulo refletimos sobre o papel da intervenção do mundo capital Neocolonialismo, que pouco ao pouco substituiu o colonialismo sobre grandes mudanças socioeconômicas e politicas na contemporaneidade. A crise econômica que atingiu profundamente Guiné-Bissau na década 1980 possibilitou dois grandes acontecimentos; *o liberalismo econômico* e abertura politica *Multipartidarismo Democracia*.

Tendo em conta, a necessidade de assistência financeira ao longo dessa crise e de liberalização econômica que permitia a execução do Programa Ajustamento Estrutural (PAE) que o país necessitava para manter seus novos parceiros (BM E FMI) em substituição dos antigos tradicionais financiadores. Mas as exigências da contrapartida dessas foram sequenciais em condicionar o regime abolir todas as barreiras burocráticas centralizadas que começou de cima para baixo, desde revisão constitucional que abriu braços a liberalismo econômico e depois a democracia multipartidária com a queda do Art. N°4, da Constituição da Republica de 24/73.

Portanto, sem tirar mérito do papel desempenhado através do preço interna que se faz sentir no interior do próprio PAIGC, que para (CARDOSO 1986 Apud GOMES, 2013 P.23) ao firmar de que “a elite politica guineense parte de um conceito de politica que se define por um processo de “emancipação” humana e social”. Casos que na primeira Republica quase inexistente devido à perseguição que o partido leva ao cabo.

Podemos também fazer um reparo com análise de (TEXEIRA, 2006, Apud SANTY 2009) sobre a reflexão de KUODAWO (2001) “das logicas de relação natureza civil e militar”, de onde TEXEIRA flexibilizou sua razão em compreender essa natureza das relações após a independência, vindo do processo luta de libertação colonial através da assimilação do processo administrativa militar Português instalado ao longo da sua ocupação colonial efetiva caracterizada por violência ou violenta.

Ainda vale lembrar que durante período que se segue após a independência até pelo menos nos meado da abertura econômica, o regime não admitia a criação das organizações independentes além dos partidos políticos, assim como organizações da sociedade civil e ONGs que possa atuar com o caráter social. Voltado a citar: (BARROS, 2010 Apud o projeto 2012. P.31)

Mas, o período que se seguiu à Independência foi caracterizado por repressão aos movimentos da sociedade civil que não estivessem alinhados com o Partido que se assumia como responsável pela Independência, tendo fundado em 1984 um organismo - o SOLIDAMI – para dinamizar e controlar esse sector 53. Apenas duas ONG (AMIC e AGUIBEF) surgiram na década de 80, tendo as restantes surgido em dois momentos: o início da liberalização política, em 1991, quando houve condições para que alguns quadros guineenses constituíssem associações com projetos direcionados para a “revitalização da sociedade” e para a necessidade da sua participação nas decisões, com vista à diminuição das desigualdades sociais, políticas e económicas.

A ausência da vontade interna em consolidar o caminho para as políticas liberais resultou no fracasso da democracia na Guiné-Bissau, que arrastou com sigo inumeráveis diversas naturezas de problema para ombros de recém-nascida Democracia cujas origens são cicatrizes do colonialismo, da luta de libertação e de subsequentes períodos da pós-independência que em cada uma dessas, além dos problemas do passado herdados, de novo deixaram cicatrizes singulares referentes em todos esses períodos.

Seria mesmo importante fazer a referencia ao (KOUAWO 2001, P.118), por onde analisa as causas de alternância histórica na politica Cabo-Verdiana. Segundo ele, a estratégia utilizada foi uma pedagogia social com base no dialogo interno e no consenso o que significaria exercício de uma politica que procura alicerçar as bases para umas posteriores mudanças substanciais através das contradições duras em torno das mudanças, mesmo tendo as

características centralizastes e que até certo ponto permitia exercícios de certos valores. Estes valores que (GRAMSCI, Apud, SEMERARO, 1985, p.15) chama de “subjetivação política” que significa a possibilidade de desenvolver todas as faculdades individuais e sociais, de associar o poder em todas as instâncias, de superar e reificar pelo autocontrole de uma sociedade realmente livre e soberana. Portanto o mais importante seria exatamente a relevância da interiorização destes valores no cheio do regime do PAICV.

Ao passo que na Guiné-Bissau essas marcas do passado em diferentes épocas históricas da nação Guineense desde tempo mais remoto até aos tempos da abertura política, propositaram após a independência uma política de *timidez* conservadora que não permita a criação de um espaço de competitividade com a iniciativa própria. Esses acúmulos vinham ater seu desfecho na crise econômica que o país não conseguia escapar e que opção foi “implantação” dos valores liberais ao contrario do que foi feito em Cabo-Verde.

O papel externo na implantação das políticas liberais no país foi determinante e fundamental para concretização destas políticas, por ainda não se contava com oposição formalmente dizendo, esses eram inexistentes. Por um lado, o papel exterior foi fundamental em pressionar o regime para uma abertura. Por outro lado, também permitia uma “tomada de consciência” e ato de coragem na medida de tomar posição a respeito à determinada situação da evolução política sobre futuro do país.

“As mudanças ocorridas nos planos internacionais a partir do finais dos anos 80 tiveram uma influencia determinante sobre a evolução da crise do sistema descrito. Ela foram um poderoso catalizador da evolução da Guiné-Bissau em direção ao pluralismo político, uma vez o país é extremamente dependente senão vulnerável, aos condicionalismo democráticos surgidos no inicio dos anos 90”.(KOUAWO, 2001 P.134)

O acontecimento que além de impressionar e deixou inquieta a comunidade internacional foi acontecimento de 17 de Outubro de 1986, a alegada tentativa de golpe de estado contra o então chefe de estado General João Bernardo (Nino) Vieira, que atrás foi analisada no capítulo anterior.

Devido a pressão da comunidade internacional os efeitos foram sentidos no interior do partido, as vozes procuram liberta-se das ideias do sistema centralizado no partido assim como no aparelho de estado. Segundo (KOUAWO, 2001), daí foi convocado o congresso extraordinário do PAIGC em janeiro-Fevereiro de 1991, e desseguida em Maio de 1991 a

revisão constitucional que foi um marco importante para uma nova era do país. Em junho do mesmo ano surgiu uma carta abaixo assinada denominada “carta de 121” dos quadros e militantes do PAIGC exigindo da direção superior real remodelação das políticas do partido-estado. O que permitia algumas intelectuais e militantes do PAIGC a desmembrar com finalidade de criar outras forças políticas opositores.

Podemos voltar a citação (CABRAL Apud, LOPES 2012; p.8) “A estratégia do pensamento africana tem a ver com ausência das ideologias”, ainda LOPES, CABRAL não estava debater o fim da ideologia africana, mas sim, o espírito de “timidez de vontade próprio” (ausência na iniciativa das políticas interna exemplos concretas das liberalizações que somos postas), de uma política estagnado de falta de visão e das perspectivas . Foi justamente isso que Cabral chamou da ausência das ideologias e tem as suas consequências a nível interno.

Portando, podemos afirmar de que o país comprou as ideias das liberalizações (Econômica e Política) condicionadas principalmente pela crise econômica que abalou Guiné-Bissau. Por isso, entendemos o “vazio” (na iniciativa de uma vontade política interna) e o papel das organizações de sociedade civil ausentes ao vasto longo período depois da independência, não tinha existido com exceção das organizações do partido com caráter social: (UDMU, UNTG, JAAC), que deveria constituir a vontade interna de assumir a relevância do processo através de uma construção sólida de uma democracia participativa de raiz, em vez ao contrário. Em consequências tivemos sucessivas atrocidades dos acontecimentos que marcaram a vida da democracia do jovem estado. Segundo; (SANTOS 1996, P.729 Apud, GOMES, 2013)

“A transição política na Guiné-Bissau foi um insucesso, eis que a mesma se deu em um quadro de baixo grau de instabilidade, o qual não permitiu a democratização efetiva do país e muito menos, proporcionou condições para que houvesse das três poderes institucionais (Judiciário, Legislativo e Executivo)”.

As principais causas do estrangulamento da democracia na Guiné-Bissau pós a sua implementação, podemos invocar três (3) aspectos com relevância: Uma força Armada politizada ou vinda de um processo da luta; uma ausência na interiorização dos valores liberais que culminou na ausência de sociedade civil ativa e poder judicial fracassada ou (politizada).

-O papel atribuído historicamente às forças armadas revolucionário do povo (FARP) devido a contribuição relevante no processo da independência passou a ser campo de refugio político como a instancia superior de assegurar o poder ou chegar ao poder desde primórdio da Republica.

- A ausência do papel da sociedade civil na implementação do processo da democratização do país e a invisibilidade do mesmo no centro e a ativa, ou seja, uma sociedade civil passiva, estruturalmente inexistente ao longo deste processo, permitia que fosse domado ou domesticado senão por exagero durante regime do partido único. Foi exato esse tipo de relação que (Max Weber p.128) definiu como um dos tipos de característica da dominação “fundar-se, finalmente, no puro afeto, na mera inclinação pessoal ou (coletivo) dos Súditos” a dominação carismática.

Gostaria de citar (KOUAWO2001 p.106) para me ajudar desvendar os motivos de abertura política em Cabo-Verde, que por um lado, o espírito de uma visão ampla e perspectivadora que acompanha a evolução e transformações sociais a nível mundial. Por outro lado, teve uma importantíssima contribuição da sociedade civil, podemos perceber a presença de uma sociedade civil consciente, ativa e determinante ou como denominado por GRAMSCI “Hegemonia Popular”.

\* A primeira razão avançada pelos próprios atores de transição é a vontade de adaptação aos novos tempos, segundo Aristides Pereira, é o mundo que nasce após a queda do muro de Berlim.  
– Disse (PEREIRA Apud KOUAWO 2001, p.106;107)

“os acontecimentos políticos que se verificaram no plano internacional, a uma velocidade espantosa, por todos imprevisíveis, impõe-nos uma análise do sistema político, seja para reafirmar as posições adoptadas, seja para introduzir alterações que se revelarem necessárias”.

A evolução da sociedade Cabo-Verdiana cada vez mais avessa ao sistema paternalista após acesso à independência, e que se revela cada vez menos adaptada à evolução das realidades sociais, económicas e culturais.

Portanto obvio que da minha parte, ou seja, concepção seria absurdo pensar que o processo da democratização de Cabo-Verde não teve influencia externa, claro que sim, tinha influenciada por mesma conjuntura com a Guiné-Bissau. Dai creio que alguém vai me perguntar e o quê que falhou? Eu diria ou responderia simplesmente por ausência de uma antevisão capaz de compreender constantes transformações. O que os dirigentes Cabo-Verdianos foram oportunamente com semelhança daquela conjuntura simplesmente mudar de paradigmas para uma transformação radical do regime caduco, antecipando assim qualquer imposição externa. Ao oposto da Guiné-Bissau que esperava a imposição externa ou senão a procura de algo e teve como a resposta imposta a desmantelamento do sistema burocrático de partido único.

- E por ultimo Ausência do que é considerado pilar no estado de direito, o poder judicial independente e não politizada pelo poder politico.

Essas são os principais fatores que transitaram para uma nova fase politica do país da Democracia Revolucionaria para Democracia Multipartidária

Ainda (GOMES 2013) ao citar (ZAVERUCHA 2005, P.42) a importância de existir controle civil não só do poder politico, mas principalmente sobre os militares reside no fato de se garantir aos governantes eleitos as efetivas capacidades de governar e posteriormente seja julgado por vontade popular.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Guiné- Bissau desde que é proclamada a sua independência politica, não foi capaz de se libertar dos rastros que o colonialismo lhe ficou (criou uma brecha ou um vazio) da excluída de ponto de vista social, politica, econômica e cultural. A inflexibilidade de lidar, compreender e apreender com o passado recente da época propositaram a reprodução por parte da nova classe dominante usar todos os meios de repressão e de dominação utilizada anteriormente por colonialistas. A pequena burguesa que surgiu pós-independência na tentativa hegemônica e fez com que a consolidação do Estado-Nação teve imensas turbulências. A compreensão e análise crítica dos acontecimentos históricos permitem, para além de contextualizar o leitor numa realidade muito diferente da dos países ocidentais, ira permitir a construção de uma base sólida de partida para a análise dos fenómenos sociológicos atuais.

A época de dominação colonial, a luta pela independência, o período pós-independência e golpe de estado de 14 de Novembro são quatros (4) contextos ou fenómenos sociais especiais focados, por terem deixados marcas que ainda hoje se fazem sentir na sociedade guineense. Em cada etapa desses aspetos acima referidos, nas suas sequencias introdução na sociedade guineense deixem rescaldo (borralho ou cinzas ainda com brasa), que na altura era muito difícil

superar reconhecendo a própria falta dos recursos humanos capazes de enfrentar os desafios deixados a muitos séculos da dominação colonial. Mas também por outro lado, podemos assim ser otimistas se, os novos dirigentes pós-independência se eram capazes de interpretar a ideologia de Cabral no sentido positivo, as dificuldades que foram sentidas, senão que o país viveu na época não seria a mesma.

A introdução da liberalização econômica e subsequentemente multipartidarismo são atos fortes e importantes da história do país (Guiné-Bissau), mas convém lembrar o papel externo sobre esses processos, em detrimento da ausência de uma vontade política interna e estruturante.

As consequências destes fatos em evidências fazem-se sentir logo a poucos tempos nas suas implementações sequencialmente devido ao monopólio na política em consequência produziram bastantes efeitos negativos, que deviam ser dadas devidas soluções que passa necessariamente pelas profundas reformas dos sujeitos políticos e depois nas instituições do estado, na medida de construir e consolidar o caminho para abertura mais eficaz e consciente. Portanto, a falta ou as ausências dessa vontade política acabou por aprovar o espírito conservador e de timidez que resultou nos regimes ditatoriais, Corruptos, Repressor e por último numa democracia falida dos valores democráticos. É importante e necessário o funcionamento do poder judicial independente como aglutinador dos valores democrático e de estado de direito.

## **6. REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

**BLACKBURN**, Simon. Dicionário Oxford de filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar /1997.

**BOBBIO**, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Universidade de Brasília/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ 2000.

**HOUAISS**, Antônio; **VILLAR**, Mauro de S. Dicionário Houaiss *da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

**AGUIAR**, Luís Antônio de LIVRO “*O NEGRO DA COLONIZAÇÃO*” /1977.

**Publicação** de jornal “*NÔ PINTCHA*” datada em 20 de novembro de 1980.

**Publicação** da Revista <<*SÁBADO*>> datada em dia 26 de Outubro de 1990.

Ana **Vaz Milheiro** e Eduardo **Costa Dias**; ARQUITECTURA EM BISSAU E OS GABINETES DE URBANIZAÇÃO COLONIAL (1944-1974).

Manual Político “PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE” (PAIGC). <https://www.marxists.org/portugues/cabral/ano/paigc/01.htm>  
Acessado em 17/03/2015, Acessada em 12/03/2015, 11h20 min

**MENDY**, Peter. A herança colonial e o desafio da integração. Guiné-Bissau. In: **Soranda**. Revistas de Estudos Guineenses/ 1993.

TEIXEIRA, Ricardino. *Consciência nacional, democratização e conflito político: semelhança e diferenças entre Guiné-Bissau e Moçambique*.

DAVIDSON, Basil. *A libertação da Guiné: Aspectos de Uma Revolução africana*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.

HOBBSWAM, E.J. “Nação e nacionalismo desde 1780”: *Programa, mito e realidade*. [tradução Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino] /RJ: Paz e Terra /1990

CABRAL, Amílcar. *A arma da teoria – Unidade e Luta*. (Textos escolhidos por Mário de Andrade), vol. I. Comitê Executivo da Luta do PAIGC, Novo Seara, 1978.

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?:* Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Artes Gráficas, 1982.

WEFFORT, C. Francisco. ORGANIZADOR: NICOLAU MAQUIAVEL; *OS CLASSICOS DA POLITICA* /2006

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Guiné-Bissau: *Transição para a democracia, 1990-2004*: Editora da UFFRR, 2005.

SEMEDO, Jorge Rui. *Tensões Mundiais; O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais: revista do observatório de nacionalidades* /2011.

CORDEIRO, Sousa Roberto. *GUINÉ-BISSAU: Entre as sombras do militarismo e da impunidade*.

MENDES, Francisco Livonildo. *Democracia na Guiné-Bissau: Por uma mudança de mentalidades* / 2010

WEFFORT, C. Francisco. ORGANIZADOR: *HOBBS, O medo e a esperança*. Os Clássicos da política /2008

MORENO, Nuria Fernandez. *Antropologia y colonialismo en África subsaariana* /2009

DJALÓ, Aladje Mamadu Madjitaba. *Regionalização como busca de alternativas na África pós-colonial: a Guiné-Bissau e a união econômica e monetária da África ocidental (UEMOA) /2010*

Carlos Sangreman, João Estevão, Alexandre Abreu, Maria João Carreiro e Fernando Sousa Jr. **PROJETO: ASSESSMENT OF THE DEVELOPMENT POTENTIAL OF THE GUNEA-BISSAU DIASPORA IN PORTUGA AND FRANCE /2012**

GOMES, Arrais Fedelis da Silva. *Inserção política na Guiné-Bissau no processo transição democrático (1994-2012),/2013*

LOPES, Carlos. *O legado de Amílcar Cabral: Face aos desafios da ética contemporânea / 2012*

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. *Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e Descontinuidades /2005*

CORONEL Dr. TÉ, Afonso. Entrevista; *sobre o caso de 17 de Outubro* <https://www.youtube.com/watch?v=dPOvV6S97tc> Acessada data: 05/06/2015; 12h35min

PINTO, Aspirante de Artilharia Wilmer Delgado. *Caraterização do comando e liderança de Amílcar Cabral /2014*

SEMERARO, Giovanni. *O marxismo de Gramsci: O pensamento crítico e a originalidade política de um marxista criativo/ 1922-1996*

SARGENTO Monteiro, Comando: Programa- *A guerra- Prós e Contras*; RTP1-15 Outubro/ 2007 <https://www.youtube.com/watch?v=Nilk6Z64oN0> Acessada data: 20/09/15, 14h15 min

COUTINHO, Laura Maria. PAULO FREIRE: *Curso de Mestrado da Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Maio de 1985*; AMÍLCAR CABRAL: *O PEDAGOGO DA REVOLUÇÃO /1985*

WEBBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia compreensiva V2*; tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa: São Paulo/2004

KOUDAWO, Fafali. *Cabo-Verde e Guiné-Bissau: Da democracia Revolucionária a Democracia Liberal /2001*

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claert /2006

COSTA, Cristina. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*; São Paulo: moderna/2005

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*; Liberdade Econômica /2011

SILVESTRE, Consciência Hugo. *Gestão Pública: Modelos de Prestação no Serviço Público* /2010

CARVALHO, Maria Adriana Sousa. *A construção social do discurso Educação em Cabo-Verde (1911-1926): Um Contributo Para a História da Educação; Praia* /2007

DA CRUZ, Jorge M.M. Andrade Lopes. *O Programa de Ajustamento Estruturação na Guiné-Bissau: Uma Avaliação Política e Ética* /2007

LOPES, Andre Luiz. *Noções de Teoria Geral do Estado; Roteiro de Estudos Belo Horizonte* /2010